

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - *CAMPUS* DE TOLEDO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO**

**ANDREIA HELENA PASINI**

**A AÇÃO COLETIVA COMO FORMA DE AGREGAÇÃO NO SISTEMA**  
**AGROINDUSTRIAL DA AQUICULTURA DE MARIPÁ-PR**

**TOLEDO**  
**2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - *CAMPUS* DE TOLEDO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO**

**ANDREIA HELENA PASINI**

**A AÇÃO COLETIVA COMO FORMA DE AGREGAÇÃO NO SISTEMA**  
**AGROINDUSTRIAL DA AQUICULTURA DE MARIPÁ-PR**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/ *Campus* de Toledo – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Linha de Pesquisa: Cadeias Produtivas.

**Orientadora:** Professora Dra. Carla Maria Schmidt.

**TOLEDO**  
**2013**

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária  
UNIOESTE/Campus de Toledo.  
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

P282a

Pasini, Andreia Helena

A ação coletiva como forma de agregação no sistema  
agroindustrial da aquicultura de Maripá-Pr / Andreia Helena Pasini.  
– Toledo, PR : [s. n.], 2013.  
112 f.

Orientador: Profa. Dra. Carla Maria Schmidt  
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e  
Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.  
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Aquicultura - Maripá - PR 2. Piscicultura - Maripá - PR 3.  
Peixes - Produção 4. Propriedades familiares 5. Ação coletiva 6.  
Associações 7. Cooperativas 8. Redes de negócios 9. Agroindústrias  
I. Schmidt, Carla Maria, Orient. II.T.

CDD 20. ed. 338.3713098162

**ANDREIA HELENA PASINI**

**A AÇÃO COLETIVA COMO FORMA DE AGREGAÇÃO NO SISTEMA  
AGROINDUSTRIAL DA AQUICULTURA DE MARIPÁ-PR**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/ *Campus* de Toledo – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Dra. Carla Maria Schmidt (Orientadora)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná -  
UNIOESTE

---

Dr. Weimar Freire da Rocha Júnior

Universidade Estadual do Oeste do Paraná -  
UNIOESTE

---

Dra. Marialva Tomio Dreher

Universidade Regional de Blumenau – FURB.

Toledo, 21 de agosto de 2013.

*Para uma grande mulher, exemplo  
de humildade, amor, e caridade.*

*Mulher que sempre batalhou por nossa família.*

*Mulher de coragem, de amor, e sabedoria.*

*O maior amor de toda a minha vida.*

*Dedico meu empenho a você mãe!*

## AGRADECIMENTOS

Neste momento tão especial, as palavras não são suficientes para demonstrar o quanto é necessário agradecer e o quanto é necessário reconhecer as pessoas que estiveram comigo nessa longa caminhada.

Hoje o sentimento é de alegria, mas durante a caminhada em muitos momentos a vontade de desistir era grande, mas a determinação foi maior, e hoje mais essa etapa se finaliza. Nada mais justo do que eternizar minha gratidão as pessoas que junto comigo compartilharam desse sonho.

À Deus, meu grande amigo e confidente! Obrigada pela vida, e pelas conquistas.

Aos meus pais, exemplo de amor, de companheirismo, de família. Sem vocês eu nada seria. A minha querida mãe, exemplo de mulher, de determinação e amor, professora da vida, obrigada por me incentivar, e me apoiar. Mãe foi o plano de Deus que não permitiu que você estivesse comigo em minha defesa (apesar de ter acompanhado passo a passo até aqui), mas saiba que foi você que me incentivou até aqui. Sinto muito sua falta. Ao meu querido pai, pelo zelo dedicado desde que éramos crianças, pelas noites dedicadas a nos ensinar a rezar. Deus foi muito generoso me proporcionando viver ao lado de vocês dois. Meu orgulho de vocês é imenso! Não há palavras para agradecer tudo que fizeram por mim, e pela nossa família! Eu amo vocês!

Ao meu marido Rafael, que acompanha comigo essa caminhada desde o início quando era apenas um sonho, obrigada por acreditar e sonhar comigo. Obrigada por estar ao meu lado, aguentando meu mau humor, e minha ausência durante todo esse tempo. Seu incentivo me trouxe até aqui! Essa vitória é nossa! Eu amo você!

Aos meus irmãos Denise e Cleber, Paulo e Muriel obrigada pelo incentivo, pelas palavras de carinho, pela amizade, e pela compreensão em meus momentos de cansaço e de nervosismo.

A minha sobrinha Fernanda, pelo sorriso amoroso que me faz amá-la a cada dia mais, e a não desistir dos meus objetivos.

Aos meus amigos Lediany, Marlowa, Sandra, Tiago Raizel, Nelinho, a amizade de vocês vale ouro! Obrigada pelo incentivo, pelas gargalhadas, pelos momentos felizes, pelas histórias (e como existem histórias!) pelo apoio, e pela amizade durante essa árdua caminhada.

As minhas orientadoras, Carla Maria Schmidt e Rubia Nara Rinaldi, obrigada pelo conhecimento, pela amizade e pela dedicação. Se eu me tornar metade das profissionais que vocês são, eu seria feliz, pois vocês são demais! Obrigada por me ajudarem nas dificuldades, por me chamarem a atenção quando foi necessária, e principalmente, obrigada por acreditarem que seria possível! A vocês duas meu eterno reconhecimento! Em especial a prof. Carla, que tornou esse estudo possível. Nunca esquecerei seu sorriso quando descobríamos que a ação coletiva existe! Seu amor pela profissão está refletido em tudo que faz. Obrigada pela amizade, pelas palavras de conformo, pelo companheirismo.

Aos professores do programa de Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Unioeste – Toledo, obrigada pelo aprendizado, professor Jandir, professor Moacir, professor Piacenti, professora Mirian, professor Silvio, professor Jeferson, professor Weimar, professor Alfredo. Em especial ao professor Pery, que esteve comigo em momentos em que eu achava que não iria conseguir, professor você foi o apoio que eu precisava. Obrigada pela sua dedicação! Hoje eu tenho a minha “fita métrica” obrigada!

À Clarice Thebald Stahl, e ao João, pela paciência, e pelo auxílio.

Aos meus colegas professores da Faculdade Assis Gurgacz – que me apoiaram nessa caminhada. Em especial ao prof. Léo Mathias Miloca, meu incentivador para início desse programa de mestrado.

Ao César Ziliotto, técnico da Emater de Maripá, que me auxiliou em todos os momentos, tornando a pesquisa possível. Meu eterno reconhecimento.

Ao Altair João Pandini, ex presidente da Aquimap, que me auxiliou durante toda a pesquisa.

Aos aquicultores, pela receptividade, pela colaboração, e pelas informações que serviram de base para este estudo, e pelo delicioso peixe que me foi servido.

À CAPES, pelo auxílio financeiro.

Enfim, a todas as pessoas que contribuíram para que esse estudo fosse possível. Muito Obrigada!!

*“... Novas e inesperadas indústrias vão surgir... - e rapidamente. Uma delas já está entre nós: a biotecnologia. Outra é a criação de peixes. Nos próximos 50 anos, a criação de peixes pode nos transformar de caçadores e coletores marinhos em pecuaristas aquícolas. Exatamente como há mais ou menos 10.000 anos atrás, quando uma inovação semelhante transformou nossos ancestrais de caçadores e extrativistas em agricultores e pastores.”*

*(DRUCKER,2000.)*

PASINI, Andreia H. **A ação coletiva como forma de agregação no sistema agroindustrial da aquicultura de Maripá – PR.** 2013. 111f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2013.

## RESUMO

Esta dissertação tem como tema a ação coletiva e as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares. Como questão central, buscou-se responder quais características da cooperação a tornam uma estratégia que se sustente no longo prazo. Como objeto de estudo, investigou-se o sistema agroindustrial (SAG) da piscicultura especificamente a Associação de Aquicultores de Maripá e região (Aquimap). Dessa forma, o objetivo deste estudo, foi o de analisar a partir de uma iniciativa de cooperação horizontal estabelecida pelos piscicultores familiares da cidade de Maripá - PR, quais fatores promoveram e fortaleceram a Aquimap ao longo do tempo. O estudo baseou-se na literatura das ações coletivas, através das abordagens com diferentes enfoques, buscando a partir dessas literaturas as variáveis significativas para o sucesso ou falha de uma ação coletiva. Os dados empíricos foram coletados através de entrevistas, questionários e registros, realizados com os associados da entidade, ex presidente e o técnico da Emater. Para a análise dos dados, utilizou-se a análise descritiva. Os resultados apontaram a maioria das variáveis analisadas como positivas para a ação coletiva em estudo. Porém no que se refere a homogeneidade e laços fortes, observou-se como negativa para o estudo, apesar de se apresentar como negativa, o caso empírico obtém sucesso. Ainda cumpre destacar que a ação coletiva obtém sucesso ao longo do tempo, e os pequenos produtores familiares tem se mantido com a produção de peixes. Esse estudo apresenta contribuição significativa para os estudos de ação coletiva, identificando as variáveis que podem ser consideradas indutoras do sucesso ou falha de uma ação.

**Palavras – chaves:** ação coletiva. Aquimap. Agricultura familiar. Piscicultores. Sucesso.

PASINI, Andreia H. **The collective action as a form of aggregation at agribusiness system aquaculture of Maripa** - PR. 2013. 111 f. Dissertation (Master's Degree) – State University of West Parana, Toledo, 2013.

### **ABSTRACT**

This dissertation has as its theme the collective action and the difficulties encountered by family farmers. As central question, we sought to answer what characteristics of cooperation to make a strategy that sustain us in the long term. As the object of study, it was investigated whether the agribusiness system (SAG) of pisciculture specifically the Association of Farmers Maripa and region (Aquimap). In This way, the objective of this study was to analyze the effect from an initiative of horizontal cooperation established by fish culturists family of the city of Maripa - PR, which factors have promoted and strengthened the Aquimap over time. The study was based on literature of collective actions, through the approaches with different approaches, seeking from these literatures the significant variables for the success or failure of a collective action. The empirical data were collected through interviews, questionnaires and records, performed with the associated with the entity, former president and the technician of Emater. For the analysis of the data, we used the descriptive analysis. The results showed that the majority of the variables analyzed as positive for collective action in study. However with regard to homogeneity and strong ties, it was observed as negative for the study, in spite of presenting as negative, the case empirical obtains success. Still meets highlight that the collective action obtains success over time, and the small family producers has remained with the production of fish. This study presents significant contribution to the studies of collective action, identifying the variables that can be considered as inductors of the success or failure of an action.

**Key - words:** Collective action. Aquimap. Family Agriculture. Fish Culturists. Success.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade dos associados.....	58
Gráfico 2 - Escolaridade dos associados.....	59

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produção pesqueira e aquícola mundial, 2008 e 2009.....	42
Quadro 2 - Produção toneladas mundial da aquicultura 2008 e 2009.....	42
Quadro 3 - Produção de pescado Região Sul 2010.....	44
Quadro 4 - Produção total do Estado do Paraná 2011.....	45
Quadro 5 - Comercialização de peixes em Maripá 2011.....	47
Quadro 6 - Produção individual Aquimap.....	57
Quadro 7 - Variáveis da ação coletiva na Aquimap.....	71

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa do Paraná.....	20
Figura 2 -	Estrutura da Dissertação.....	21
Figura 3 -	Variáveis da Ação coletiva.....	29
Figura 4 -	Proposições: a Lógica da Ação Coletiva.....	31
Figura 5 -	Proposições de Granovetter (1973 e 1985).....	35
Figura 6 -	Variáveis que influenciam na ação coletiva.....	36
Figura 7 -	Integração dos fatores identificados nas teorias de Ostrom, Olson, Granovetter.....	37
Figura 8 -	Produção de pescado mundial 2009 e 2010.....	44
Figura 9 -	Metodologia de estudo.....	50
Figura 10 -	Folder da 14º Festa das Orquídeas e do Peixe.....	60
Figura 11 -	Folder do 10º Encontro Regional de piscicultores.....	61
Figura 12 -	Recepção dos piscicultores.....	62
Figura 13 -	Visita técnica.....	63
Figura 14 -	Rancho da Nina.....	64
Figura 15 -	Assembleia Geral.....	64

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1	APRESENTAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DO ESTUDO.....	14
1.2	OBJETIVOS DO ESTUDO.....	16
1.3	JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO ESTUDO.....	17
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	20
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO DO ESTUDO.....</b>	<b>22</b>
2.1	IMPLICAÇÕES DAS INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL....	22
2.2	AS ESPECIFICIDADES DOS GRUPOS E SUA RELEVÂNCIA NA COOPERAÇÃO.....	30
2.3	LAÇOS FORTES E FRACOS E SUAS RELAÇÕES NA COOPERAÇÃO.....	32
2.4	A IMPORTÂNCIA DO LÍDER – EMPREENDEDOR NAS INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO.....	37
<b>3</b>	<b>A AQUICULTURA NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ: BREVES CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>40</b>
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>48</b>
4.1	DELINEAMENTOS DA PESQUISA.....	48
4.2	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	50
4.3	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	51
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>52</b>
5.1	A HISTÓRIA DA AQUIMAP.....	52
5.2	DADOS DA AQUIMAP.....	56
5.3	PERFIL DOS ASSOCIADOS.....	58
5.4	INICIATIVAS COLETIVAS EXISTENTES.....	60
5.5	BENEFÍCIOS DA AÇÃO COLETIVA.....	65
5.6	FATORES QUE INFLUENCIAM NA AÇÃO COLETIVA.....	67
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>73</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>76</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>82</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>87</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DO ESTUDO

A agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência em discursos de movimentos sociais, em ações do governo e por estudiosos do meio rural. Embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos, a emergência da expressão “agricultura familiar” surgiu no contexto brasileiro, a partir de meados da década de 1990, com as discussões sobre o papel dos pequenos produtores rurais no processo de integração comercial e econômica (SCHNEIDER, 2006).

Observa-se que a agricultura familiar implica em uma discussão bastante relevante, pois trata-se de um grupo social que possui papel de destaque na produção primária e na transformação de produtos, além de movimentar a economia local e promover a ocupação e inclusão no meio rural, e gerando novas alternativas econômicas. Segundo dados do estudo do Incra/Fao (2000), a agricultura familiar tem grande capacidade produtiva, mesmo com pouco acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas, os atores familiares contribuem de forma efetiva para o abastecimento do país. Segundo os dados do Censo Agropecuário 2009, a agricultura familiar emprega quase 75% da mão-de-obra no campo e tem grande responsabilidade pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 70% do feijão, 87% da mandioca e 58% do leite consumido no país (IBGE, 2009). Na região Sul do Brasil, os dados são ainda maiores, pois a agricultura familiar representa 90,5% de todos os estabelecimentos da região, ocupando 43,5% da área (INCRA/FAO, 2000).

A partir dos dados apresentados, observa-se a importância que a agricultura familiar tem para o desenvolvimento social e econômico do país. No entanto, se por um lado a agricultura familiar desempenha esse papel importante no contexto nacional, por outro lado, sua sobrevivência é um desafio constante, pois é na agricultura familiar que se encontra grande parte dos brasileiros que estão em situação de risco, vivendo abaixo da linha de pobreza (ALTAFIN, 2007). Além disso, a agricultura familiar apresenta dificuldades para ser competitiva, segundo Batalha *et al.* (2009), há pouca adoção de novas tecnologias de produção, seja pela falta de capital dos agricultores familiares, pela resistência na adoção de novas tecnologias ou mesmo pela falta de conhecimento, que acaba refletindo em uma

produtividade inferior a média nacional, e torna cada vez mais um obstáculo à permanência das famílias em pequenas propriedades rurais (RAUPP, 2012).

Uma das alternativas para a permanência dos atores familiares no campo como forma de inserção na economia de mercado é a piscicultura. Essa atividade demanda de áreas menores, gera boa rentabilidade aos pequenos produtores, além de possibilitar o resgate da agricultura familiar, promovendo a integração com outras atividades agropecuárias e o desenvolvimento da pequena propriedade (SOUZA, 2006).

A piscicultura representa uma alternativa econômica atraente, uma vez que há um mercado consumidor promitente, capaz de absorver a produção existente. Observa-se que o mercado brasileiro de consumo de pescado tem crescido consideravelmente, devido ao consumidor estar cada vez mais preocupado com a saúde, com as mudanças de hábitos alimentares, enfim com a qualidade de vida, o que proporcionou o aumento do consumo de alimentos saudáveis, e, conseqüentemente, do consumo de pescado (SOUZA, 2006).

No período de 2003 a 2008, observou-se um crescimento médio de 6% ao ano do consumo per capita do pescado. Já no ano de 2009 o consumo de pescado foi de 9,03 Kg/hab/ano, um crescimento de 8% em relação ao ano anterior. Vale destacar que do percentual consumido, 69,4% é produzido no próprio país (MPA, 2009).

No entanto, apesar da piscicultura ser considerada uma alternativa promissora ao pequeno produtor, observa-se que estes atores necessitam encontrar novas alternativas para serem competitivos no mercado, priorizando a discussão sobre como intensificar a geração de renda desse segmento.

Neste contexto, acredita-se que a adoção da cooperação horizontal, seja uma das possíveis alternativas para o pequeno produtor. A cooperação, segundo Barnard (1979) é utilizada pelo ser humano devido a sua incapacidade pessoal de atender seus objetivos e necessidades, bem como as limitações que são impostas pelo ambiente. Para Bialoskorski Neto (2000), a adoção de cooperação horizontal é justificável à medida que essa articulação possibilita aos produtores uma redução de riscos, equilibra forças do mercado, e possibilita aumento de renda.

Segundo Sachs (2003), as ações coletivas podem ser apresentadas com diferentes formas de associativismo, desde a criação de entidades de representação política e sindical, até como compras em comum. Os pequenos produtores possuem diversas dificuldades, que podem ser superadas por meio das iniciativas coletivas.

Percebe-se, que, quando se trata de pequenos produtores, as iniciativas de cooperação horizontal, neste estudo, tratadas também como ações coletivas, parecem desempenhar um

papel fundamental. A partir dessas ações, os atores familiares conseguem estabelecer melhores condições de negociação a montante e a jusante de seu estágio de produção, com vistas a facilitar a adaptação desse segmento a ambientes dinâmicos e a novos padrões de competitividade.

Assim, é importante avaliar os benefícios alcançados por meio da cooperação horizontal. Na maioria das vezes, o argumento é de escala e escopo, já que permite a compra de insumos, assistência técnica, vendas conjuntas, e muitas vezes o acesso a tecnologias de ponta. Além disso, por meio da ação coletiva, é possível compartilhar um equipamento sem perda de eficiência e compartilhar marcas (FARINA, 2000). No entanto, nesse sentido, a literatura faz um alerta, pois estratégias de ganhos de produtividade podem levar a queda dos preços, levando aqueles que não conseguem alcançar a inovação e a produtividade para fora do mercado (KONING; CALO; JONGENEEL, 2004). Sob este aspecto, os benefícios alcançados com as estratégias de cooperação podem ser ineficientes para realmente mitigar os problemas de incremento de renda, não sendo suficientes para resolver os problemas dos pequenos produtores.

Assim, este estudo pretende responder a seguinte questão de pesquisa: Quais características da cooperação a tornam uma estratégia que se sustente no longo prazo? Como objeto de estudo, investigou-se o sistema agroindustrial (SAG) da piscicultura, especificamente a Associação dos Aquicultores de Maripá e região, uma ação coletiva desenvolvida entre aquicultores do SAG da aquicultura na região Oeste do Paraná.

## 1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

A partir da análise de uma iniciativa de cooperação horizontal estabelecida pelos piscicultores familiares da cidade de Maripá – PR elencou-se como objetivo geral desta pesquisa analisar os fatores que promoveram e fortaleceram a Aquimap ao longo do tempo.

Para tanto, o estudo apresenta como objetivos específicos:

- a) Investigar e analisar as iniciativas coletivas existentes entre os produtores associados da Aquimap ao longo do tempo;
- b) Compreender quais benefícios tornam a ação coletiva uma estratégia viável para os produtores da Aquimap;
- c) Analisar quais variáveis apresentam influência sobre a viabilidade da iniciativa coletiva investigada, de acordo com a literatura de cooperação.

### 1.3 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

A agricultura representa um importante setor da economia brasileira e se caracteriza pela diversidade na sua organização e estrutura interna, no que se refere à disponibilidade de uso e distribuição dos recursos – terra, capital e trabalho (GERARDI e SALAMONI, 1994). Ela vem se tornando foco de estudos, principalmente no que se refere às estratégias que são adotadas para se organizar diante das especificidades do modo de produção.

Verifica-se ainda que, a agricultura familiar assume papel socioeconômico de grande importância, já que o seu desenvolvimento é entendido como uma das pré-condições para uma sociedade economicamente mais eficiente e socialmente justa, pois cria oportunidades de trabalho local, reduz o êxodo rural, diversifica os sistemas de produção e possibilita uma atividade econômica em maior harmonia com o meio ambiente, além de contribuir para o desenvolvimento regional (CARNEIRO, 2008).

Porém, as constantes mudanças no cenário mundial e a grande competitividade do mercado demonstram que o produtor rural, principalmente o familiar, deve encontrar meios de se tornar viável e sustentável, por meio de uma comercialização adequada de seus produtos, da redução de custos, da industrialização da produção, objetivando manter a viabilidade da propriedade, e sua fixação no campo (CARNEIRO, 2008).

Assim, uma das maneiras possíveis, de se gerar resultados positivos, está na formação de estruturas organizacionais diferenciadas, como a implantação da cooperação horizontal entre os produtores. Para Batalha *et al.* (2004), a participação dos produtores em ações coletivas, do tipo cooperativa e associações de produtores, tem impacto direto, como meio de melhorar a capacidade produtiva e o uso eficiente dos recursos. De um lado, há o interesse de se atingir a escala mínima para a adoção de determinadas opções produtivas e realizar investimentos, e de outro, as organizações normalmente tem melhores informações e amparo dos mecanismos coletivos de planejamento e gestão das atividades.

Também Saes e Farina (1998) entendem que a cooperação representada pelas associações de interesse privado tem uma importante contribuição para a coordenação e o aumento da competitividade dos sistemas produtivos. Contribuindo com este argumento, para Machado *et al.* (2007), quando as associações de interesse privado são tratadas como uma rede horizontal, é possível compreendê-las como uma ação coletiva, com capacidade para consolidar um espaço propício para o desenvolvimento de fatores que podem gerar força competitiva para os membros participantes.

As organizações que coordenam ações coletivas passam a mediar conflitos de interesses e monitoramento de ações de seus membros. Assim, a ação coletiva busca defender a lucratividade dos participantes, além de pressionar mudanças no ambiente institucional, a partir da representação dos interesses dos participantes junto ao governo e a sociedade (MACHADO FILHO e ZYLBERSZTAJN, 1998).

Observa-se que a união de agricultores familiares permite gerar economia de escala e condições de concorrência com os setores oligopolizados (LAUSCHNER, 1994). Tanto o associativismo como o cooperativismo, proporcionam ao pequeno produtor obtenção de economia de escala, aumento do poder de barganha dos produtores na compra de insumos, e maior possibilidade de incentivos públicos. Além dos benefícios econômicos gerados, há uma importância social que pode ser atribuída, uma vez que em algumas regiões é a única forma que os produtores têm de se organizar e comercializar a produção (BRAGA e REIS, 2005).

Percebe-se assim, que as formas de cooperação estão sendo foco de diversos estudos, pois podem aumentar a rentabilidade dos produtores e aumentar seu poder de comercialização. Porém, vale dizer que nem todas as iniciativas coletivas têm sucesso. Muitas associações ou cooperativas que se iniciam com objetivos compartilhados, acabam falhando, o que acarreta, muitas vezes, no fechamento da ação coletiva.

Assim, nota-se que existem fatores que podem contribuir para a dificuldade da difusão do sistema de cooperação, algumas podem ser de ordem cultural, outros podem ser por falta de conhecimento, além disso, para Perius (1983) a má gestão pode liquidar um sistema de cooperação. Para o autor, existem erros estruturais, dentre os quais: a flutuação dos sócios, que provoca a flutuação do capital; a frágil estrutura de formação de capital, pois cada sócio possui apenas um voto; além disso, para o autor, os processos de fiscalização e de controle são deficientes e superados; e existem poucos programas de educação cooperativa.

Dentro desta perspectiva para Silva e Holz (2008), além dos fatores descritos por Perius, existem outros fatores internos e externos que contribuem para o sucesso ou não da ação coletiva. Segundo Benecke (1980), os seguintes fatores podem ser elencados: caráter pessoal; nível de formação dos cooperados; nível de preparo dos associados; nível de formação do gerente e integração cooperativa. Existem casos de cooperativas que apesar dos esforços dos associados não obtiveram êxito por muito tempo.

Pode-se citar como exemplo uma cooperativa do Estado do Rio Grande do Sul. A cooperativa foi fundada em 1944, pois os produtores rurais estavam se sentindo explorados pelas empresas estrangeiras que compravam lã, naquele momento, o espírito cooperativo existiu, e a cooperativa foi fundada. No entanto, depois de anos de existência, a cooperativa

entrou em crise e encerrou suas atividades. Outro exemplo que pode ser citado é uma cooperativa do Oeste do Paraná que foi fundada em 2007, como fruto da necessidade de mulheres empreendedoras sociais, que se uniram para a produção artesanal. No entanto, apesar da existência de demanda do mercado pelos produtos comercializados pela cooperativa (estojos, bolsas, sacolas, entre outros), essa iniciativa de cooperação também encerrou suas atividades no ano de 2012. Dessa forma, observa-se que para o sucesso de uma ação coletiva se torna necessário um conjunto de fatores.

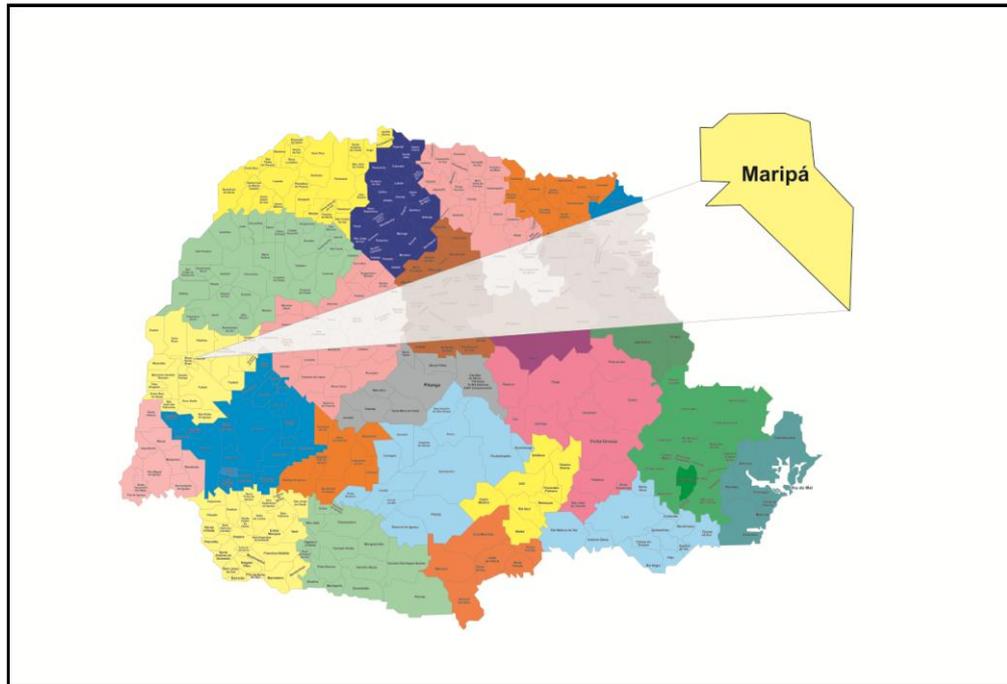
Acredita-se que as razões do sucesso da ação coletiva possam estar relacionadas a algumas características específicas de cooperação. Neste sentido, esta pesquisa justifica-se ao propor um avanço nos estudos que buscam a viabilidade das ações coletivas e da agricultura familiar, estando assim, alinhada a linha de pesquisa de Cadeias Produtivas do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Espera-se, aqui, a partir de uma iniciativa de cooperação, compreender quais variáveis são relevantes para o sucesso dessas estratégias.

O estudo da Aquimap é viável para tal propósito, pois a referida associação é uma experiência bem sucedida do associativismo na região Oeste do Paraná. Ela foi criada em 1997, com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento do município de Maripá, que tinha uma pequena produção de peixes naquele momento, apesar de apresentar grande potencial. Além disso, a associação é responsável pela capacitação dos produtores, oferecendo cursos profissionalizantes e aperfeiçoamento, além de viagens e visitas técnicas. Atualmente, a associação possui 34 piscicultores, que foram responsáveis por uma produção anual de 2.665.000 toneladas no ano de 2010/2011 (EMATER, 2012). A Figura 1 destaca o Município em estudo, localizado na região Oeste do Paraná.

O município de Maripá está localizado na região Oeste do Estado do Paraná, a cerca de 580 quilômetros da Capital Curitiba. O município está inserido na região de Toledo, que é a responsável por 47% da produção pescados (bagre; tilápia; pacu; traíra, entre outros) produzidos no Estado (DERAL, 2009).

Vale dizer que a Aquimap é muito reconhecida na região. É visitada por outras entidades que desejam copiar o modelo de gestão e de produção de tilápias, para a implantação em suas respectivas cidades. No entanto, de acordo com a literatura da área de cooperação, existem características que são fundamentais para que o associativismo se torne uma estratégia de fortalecimento das atividades nas regiões, permitindo que elas se tornem fonte de diversificação, ou de renda aos produtores. Tal premissa será objeto de investigação neste estudo.

Figura 1 - Figura do Paraná

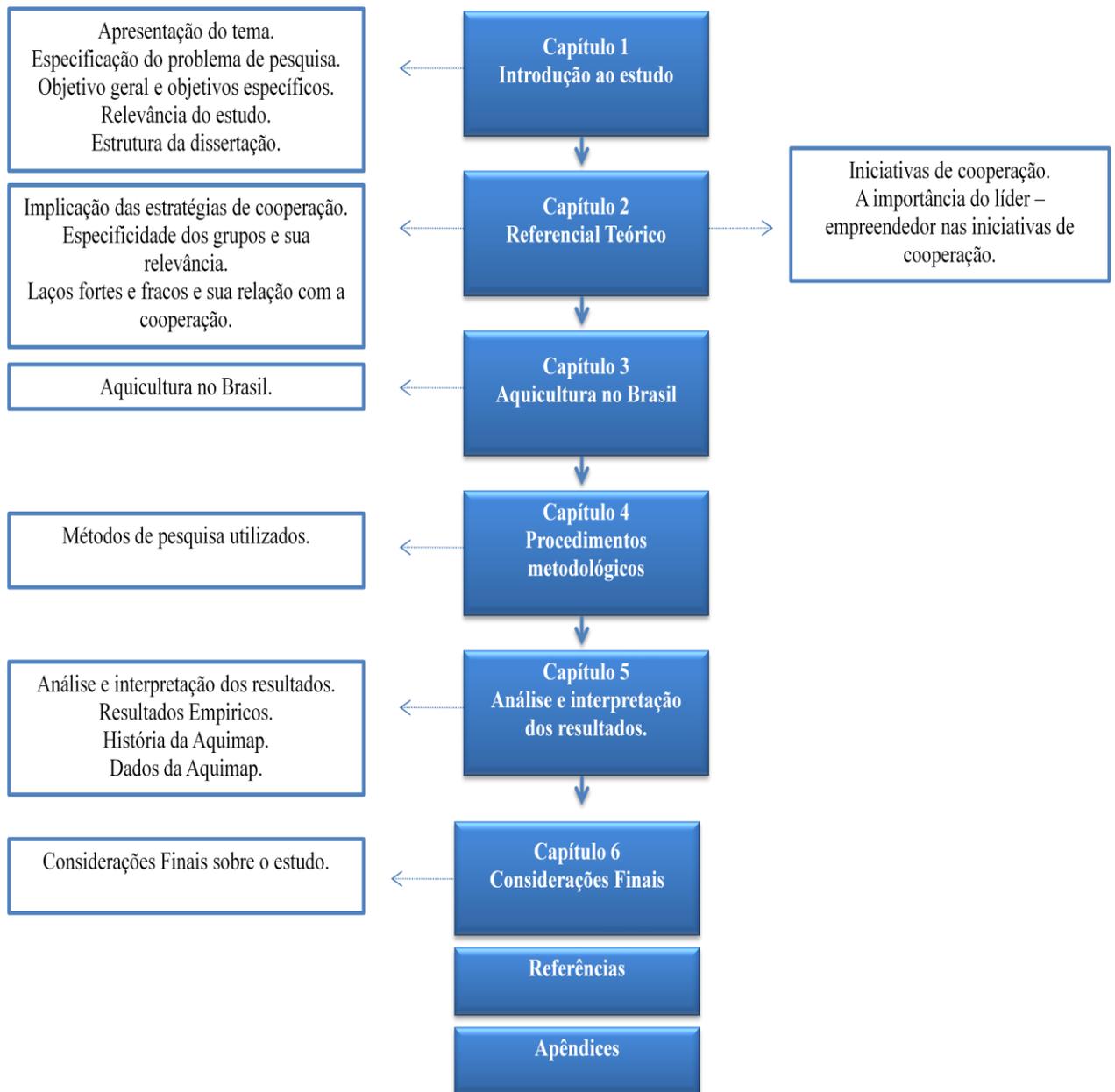


Fonte: Adaptado do GUIA GEOGRÁFICO DO PARANÁ, 2011.

#### 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este estudo está dividido em seis capítulos centrais, conforme representado na Figura 2. O primeiro capítulo apresenta a introdução do estudo, especificando o tema, a relevância do estudo e os objetivos propostos. O capítulo dois apresenta o referencial teórico, as implicações das estratégias de cooperação, e as iniciativas de cooperação, a especificidade dos grupos e sua relevância. O capítulo seguinte apresenta breves considerações sobre a Aquicultura no Brasil. O capítulo quatro apresenta os métodos de pesquisa que foram utilizados. Já no capítulo cinco são apresentados os resultados empíricos e suas análises, a história da Aquimap e os seus dados. No capítulo seis são apresentadas as considerações finais sobre o estudo. Finalmente são apresentadas as referências utilizadas no estudo, bem como os apêndices.

Figura 2 - Estrutura da Dissertação



Fonte: Elaborado pela autora.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO DO ESTUDO

O propósito deste capítulo consiste em apresentar a fundamentação teórica que orientou o desenvolvimento dessa pesquisa. O presente capítulo apresenta os conceitos e pressupostos sobre as características das iniciativas de ações coletivas.

Para tanto, resgatam-se as principais abordagens que discutem a temática da ação coletiva e as características dos grupos e membros que são relevantes para o sucesso ou não das ações coletivas. Essa abordagem é fundamental para a compreensão de como algumas iniciativas de cooperação horizontal obtêm sucesso e outras falham no longo tempo.

### 2.1 IMPLICAÇÕES DAS INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL

Existe uma vasta discussão no campo das ciências econômicas, sociais e políticas sobre os fundamentos das estratégias de cooperação, como forma de garantir, de maneira mais articulada, agregação de valor e acesso dos pequenos produtores aos canais de comercialização. Porém, existe uma lacuna no que tange as explicações sobre os interesses comuns que unem os grupos e que os façam sobreviver no longo prazo. Assim, neste capítulo pretende-se discutir as diferentes vertentes que discutem o tema, com o intuito de compreender por que algumas cooperações horizontais se sustentam no longo prazo e outras não.

As organizações estão inseridas em um contexto de mudanças e adequações a um novo sistema de relações econômicas, que são resultantes, muitas vezes, do processo de globalização. Esse contexto exige o aumento da produtividade, a redução de custos, a melhoria dos produtos, o desenvolvimento de novas tecnologias, além da necessidade da adoção de novas estratégias e posicionamentos (KLOTZE, 2002). Segundo Castells (1999), para se adaptarem às condições de incerteza e as transformações econômicas que ocorrem, as organizações passaram a buscar novas estratégias que lhes permitam maior flexibilidade, competitividade, horizontalidade e capacidade de inovação.

Assim, uma das formas encontradas pelas organizações, como resposta a esse contexto competitivo é a cooperação (LENZ, 2007). As relações de cooperação visam reduzir os custos de transação relativos a processos de inovação, oferecendo a possibilidade de dispor de novas tecnologias, além do aumento da eficiência econômica e competitiva (OLAVE, AMATO NETO, 2001). Dessa forma, a cooperação por meio da união de esforços, passou a ser considerada uma alternativa para as organizações.

Para Barnard (1938), a cooperação é um imperativo da impossibilidade biológica dos seres humanos atenderem os seus desejos e necessidades. Assim, a necessidade de cooperação leva a formação de grupos sociais, que, por sua vez, só existem mediante três condições básicas: a) a interação entre dois ou mais indivíduos; b) desejo e disposição para cooperar; e c) existência de objetivos comuns. Dessa forma, a organização só existirá se houver interações entre as pessoas, se elas tiverem objetivos comuns e também estiverem dispostas a cooperar.

As estratégias de cooperação podem oferecer vantagens colaborativas significativas para as organizações, principalmente para aquelas que não possuem competências e recursos, através da complementaridade em ativos, em novos conhecimentos e em aprendizado mútuo (CHILD e FAULKNER, 2000).

Entretanto, para que as estratégias de cooperação sejam bem sucedidas, se fazem necessárias: a troca de informações entre as organizações, a criação de novas ideias; o desenvolvimento de uma visão mais estratégica; a análise conjunta dos problemas e das soluções; bem como, das contribuições dos parceiros. As estratégias objetivam aceitar o concorrente como aliado para o aumento da produtividade, o que não significa negar que existem interesses diferentes e conflitos (GOLLO, 2006).

Dessa forma, quando as organizações estão inseridas em estratégias de cooperação horizontal, elas obtêm ganhos capazes de gerar força competitiva por meio de ações conjuntas, tais como: compartilhamento de conhecimento, troca de informações, uso comum de recursos, marketing conjunto, compras coletivas, definição de padrões de conduta, criação de selos de qualidade, entre outros (MACHADO *et al.*, 2007).

Assim, entende-se que a cooperação se apresenta como uma vantagem competitiva para as organizações. Tal aspecto se evidencia, pois cada vez mais as organizações desse segmento estão percebendo que as ações de cooperação possibilitam o alcance de determinados objetivos, que de forma individual e isolada dificilmente seriam alcançados (ESTIVALETE, 2007).

No meio rural, observa-se que cada vez mais os agricultores vêm adotando estratégias de cooperação horizontal. O associativismo, como forma de cooperação horizontal, pode ser considerado um instrumento de luta dos pequenos produtores, que proporciona a permanência na terra e a elevação da renda (RICCIARDI e LEMOS, 2000).

Além de ser considerado um instrumento de luta para os pequenos produtores, conforme Farina (2002), quando os mesmos fazem parte de redes de cooperação horizontal, conseguem superar limites da produção individual. Além disso, para Staatz (2011), a

cooperação permite que ocorram negociações mais equilibradas frente ao mercado, fazendo com que se obtenham resultados mais satisfatórios.

Em diversas atividades dentro da economia, segundo Saes e Maeda (2009), quando há formação de grupos, eles conseguem melhores resultados do que teriam se estivessem agindo sozinhos. Como exemplos destacam-se as cooperativas, nas quais os indivíduos se unem para aumentar a produtividade e elevar os ganhos conjuntos nas negociações com fornecedores e em ganhos de escala.

Assim, pode-se dizer que ações coletivas são interações sociais que envolvem indivíduos com objetivos comuns que requerem ações conjuntas (HARDIN 1994). Para Sandler (1995) e Schmidt (2010), a ação coletiva se refere a uma estrutura que requer a coordenação de esforços, evidenciando uma forte interdependência entre os indivíduos envolvidos.

Corroborando, uma ação coletiva envolve a cooperação entre os indivíduos fora de uma empresa. Os indivíduos têm necessidades comuns que somente poderão ser atendidas por meio de ações conjuntas (NASSAR, 2001).

Para Brito (2001), as razões que justificam a ação coletiva não são apenas financeiras, podem ser sociais, políticas e culturais. Dessa forma, as ações coletivas existem em grupos de indivíduos, que são ligados por motivos diferentes. Já para Garcias (2001), os grupos são formados e atuam no sentido de alcançar os interesses e objetivos do grupo. E sua sobrevivência está condicionada a sua capacidade de atender aos interesses individuais de seus membros, ou seja, os grupos existem para que objetivos comuns sejam alcançados e existirão até o momento em que forem bem sucedidos neste sentido.

A ação coletiva, para Ramirez e Berdeguè (2003), tem como objetivos melhorar o bem estar dos envolvidos; modificar as relações sociais no interior de uma população; desenvolver a capacidade dos indivíduos e finalmente, influenciar as políticas públicas, para ampliar as oportunidades de desenvolvimento. A ação coletiva é capaz de promover o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos, de fortalecimento organizacional, da construção de redes e alianças sociais, bem como contribuir para o alcance do bem comum.

Para a teoria econômica, as estratégias de ação coletiva surgem em função de que os ganhos coletivos superam uma ação individual. Para Olson (1999), a principal motivação para as pessoas se unirem decorre do fato de que os ganhos da cooperação são maiores do que os de agir individualmente.

Mancur Olson, em 1965, com sua obra intitulada “*The logic of Collective Action*” estabelece pela primeira vez uma explicação econômica para a formação de grupos

(NASSAR, 2001). Segundo Orenstein (1998), foi Olson que estabeleceu o início do debate contemporâneo sobre ação coletiva. Até então, era aceito pelas diversas escolas do pensamento científico que indivíduos racionais, com interesses compartilhados, agiriam da mesma maneira que um agente racional único na busca destes objetivos. Porém, Olson mostra que esta não é uma premissa verdadeira. “Não é fato que só porque todos os indivíduos de um determinado grupo ganhariam se atingissem seu objetivo grupal eles agirão por esse objetivo, mesmo que todos eles sejam pessoas racionais e centradas no seu próprio interesse” (OLSON, 1999, p.14). Para ele, o comportamento vai depender de diversas características do grupo.

Olson (1999) baseou sua análise da ação coletiva na teoria econômica, e sustentou que não existe sentido de integração em um grupo, se é possível que uma ação individual independente atenda aos interesses do indivíduo. No entanto, quando essa ação individual não atende aos interesses, seja de maneira mais adequada ou completa, as associações poderão ser importantes e desempenhar um papel fundamental no sentido de atender a objetivos comuns e de grupos (CASTANHEIRA, 2008).

Assim, não é a necessidade conjunta que faz o indivíduo cooperar. São necessários outros fatores para influenciar essa decisão. Segundo Alcântara (2003), existem vantagens em agir de forma coletiva, e, a maior delas é diminuir os gastos, além da redução do empenho individual para a promoção do bem, sendo possível o aumento da margem do lucro obtido com o usufruto do benefício.

Como há vantagens em agir de forma coletiva, é difícil imaginar que em uma situação onde exista um objetivo a ser perseguido e um grupo de pessoas que estão dispostas a alcançar esse objetivo, ainda assim exista a falta de disposição de alguns em cooperar. No entanto, para Olson (1999), isso é possível, pois existe a presença do *free rider* (carona), que acaba muitas vezes inibindo a ação do grupo.

Segundo Alcântara (2003), o *free rider* é um indivíduo racional, que defende seus interesses individuais, sendo assim, é egoísta, e deseja ganhar com a promoção do bem público, sem que para isso, precise ajudar em sua produção. O *free rider* assim, torna a possibilidade de prover benefícios coletivos mais remotos. Sua presença reduz a eficiência coletiva, e, sua recusa em colaborar pode desmotivar o esforço dos demais participantes da ação coletiva (CASTANHEIRA, 2008).

Segundo Olson (1999), em grupos grandes, há tolerância a presença do *free rider*, mais do que haveria em pequenos grupos. Para Brito (2001), o *free rider* representa o oposto do que é cooperação, já que ele não se preocupa com os objetivos comuns.

Outra contribuição importante no que diz respeito à ação coletiva, é dada por Elinor Ostrom (2007), que se concentra em descobrir por que os indivíduos cooperariam numa espécie de “dilema social”, quando poderiam continuar livres em relação às contribuições dos outros.

O termo "dilema social" refere-se a um cenário em que os indivíduos escolhem ações em uma situação interdependente. Se cada indivíduo em tais situações seleciona estratégias baseadas em cálculos que maximizam benefícios de curto prazo para si mesmo, tende a tomar ações que gerem resultados menos elevados do que poderiam conjuntamente ser alcançados. Em outras palavras, um dilema social pode ser analisado como um jogo onde o equilíbrio previsto para uma única interação rende menos do que o resultado socialmente ótimo. O resultado socialmente ótimo poderia ser alcançado se os envolvidos "cooperassem", selecionando outras estratégias além das previstas na teoria dos jogos<sup>1</sup>. Uma vez que o resultado subótimo conjunto constitui-se num equilíbrio, ninguém é independentemente motivado a mudar suas escolhas, dada a previsão de escolhas dos outros.

Dessa forma, tais situações são consideradas “dilemas”, porque pelo menos um resultado em termos de retorno mais elevado para todos os participantes é esperado, mas os participantes que fazem escolhas racionais independentes e isoladas estão propensos a não alcançar este resultado. Dilemas sociais envolvem um conflito entre a racionalidade individual e os resultados ideais para um grupo, pois mesmo que alguns indivíduos cooperem, outros aproveitam a "carona" nas contribuições dos cooperadores (SCHELLING, 1978; LICHBACH, 1995 *apud* OSTROM, 2007).

Destaca-se que ao comentar os dilemas sociais, Ostrom (2007) recorre a dois modelos que auxiliam o entendimento do comportamento dos grupos e dos indivíduos. Devido à lógica da ação coletiva, os grupos podem enfrentar dilemas como o “Dilema dos Prisioneiros” ou situações como a denominada “Tragédia dos Comuns”.

O “Dilema dos prisioneiros”, formulado em 1950 por Melvin Dresher, representa um grande dilema entre cooperar e trair. O dilema relata que dois suspeitos são presos, no entanto a polícia não tem provas suficientes para condenar, então opta por separar os

---

<sup>1</sup>A Teoria dos Jogos é um método matemático para abordar formalmente os processos de tomada de decisão por agentes que reconhecem sua interação mútua do tipo: 'penso que você pensa o que eu penso sobre você mesmo'. Ou seja: sempre que minha decisão é baseada no que eu acho que você vai fazer, em função do que você entende que eu mesmo vou decidir, a Teoria dos Jogos entra em ação" (MARINHO, 2011, p. 41) Complementando, “A Teoria dos Jogos é o estudo das tomadas de decisões entre indivíduos quando o resultado de cada um depende das decisões dos outros, numa interdependência similar a um jogo. (...) estuda cenários onde existem vários interessados em otimizar os próprios ganhos, às vezes em conflito entre si” (BARRICHELO, 2012).

prisioneiros em salas diferentes e oferece a ambos o mesmo acordo: se um dos dois confessar (trair o outro) e o outro permanecer em silêncio, o que confessou sai livre, enquanto o outro cumpre dez anos. Se ambos ficarem em silêncio, serão condenados por um ano cada um. Se ambos confessarem, traindo, portanto, seu cúmplice, os dois levam cinco anos de cadeia cada um.

Conclui-se que, quando cada indivíduo opta por aquilo que é do seu interesse particular, pode ficar pior do que ficaria se tivesse sido feita uma escolha que fosse do interesse coletivo. Uma das razões pela qual as pessoas não conseguem prever as consequências completas de suas decisões é porque estas consequências dependem também do que as demais pessoas irão fazer. Os agentes, ao tomarem decisões visando os interesses individuais, obterão um resultado final inferior no sentido de Pareto, ou seja, o bem coletivo não será provido mesmo que sua produção seja do interesse de todos.

Outra maneira de ilustrar os problemas da ação coletiva, utilizada por Ostrom (2007), foi descrita por Lloyd em 1832 e ficou conhecida por meio de Garret Hardin em 1968. Nesta ilustração, denominada a “Tragédia dos Comuns”, Hardin descreve um grupo de pastores que utiliza uma área de pastagem comum para alimentação de suas vacas. Cada pastor tem interesse em colocar o maior número possível de animais para pastar, mesmo que com esta sobrecarga de animais a pastagem comunitária venha a ser degradada. Desta maneira, o pastor recebe individualmente os benefícios adicionais das vacas alimentadas e os danos da degradação da pastagem são partilhados por todo grupo. Todavia, se todos tomarem esta mesma decisão, razoável do ponto de vista individual, resultará que o bem comum (pastagem) será destruído e todos serão penalizados. Nas observações de Kollock (1998), neste caso, quando muitos indivíduos utilizam simultaneamente um recurso limitado, havendo a impossibilidade de exclusão do uso desse recurso comum, a degradação do mesmo é esperada. Este autor exemplifica ainda que a árvore cortada ou água utilizada por uma pessoa não estará disponível para outros. Na tragédia dos comuns o problema é a taxa de reposição dos bens comuns, pois ela é que vai determinar a intensidade pela qual os recursos comuns poderão ser subtraídos para apropriação, sem esgotá-los.

Messik e Brewer (1983 *apud* Kollock, 1998) mencionam que entre as soluções mais robustas frente aos dilemas sociais destaca-se o efeito positivo da comunicação sobre as taxas de cooperação. Estes autores sugerem que, à medida que os indivíduos têm mais oportunidades de comunicar-se, também aumentam significativamente as taxas de cooperação. Para tanto, apontam algumas razões para este resultado. Salientam que a comunicação permite aos indivíduos reunir informações sobre as opções que os outros estão

mais propensos a fazer, oferece oportunidades de persuasão moral e, sobretudo, pela possibilidade de criar ou reforçar o sentido de identidade do grupo. Talvez seja justamente essa a dificuldade encontrada no Dilema dos Prisioneiros, pois neste caso, os agentes não podem se comunicar.

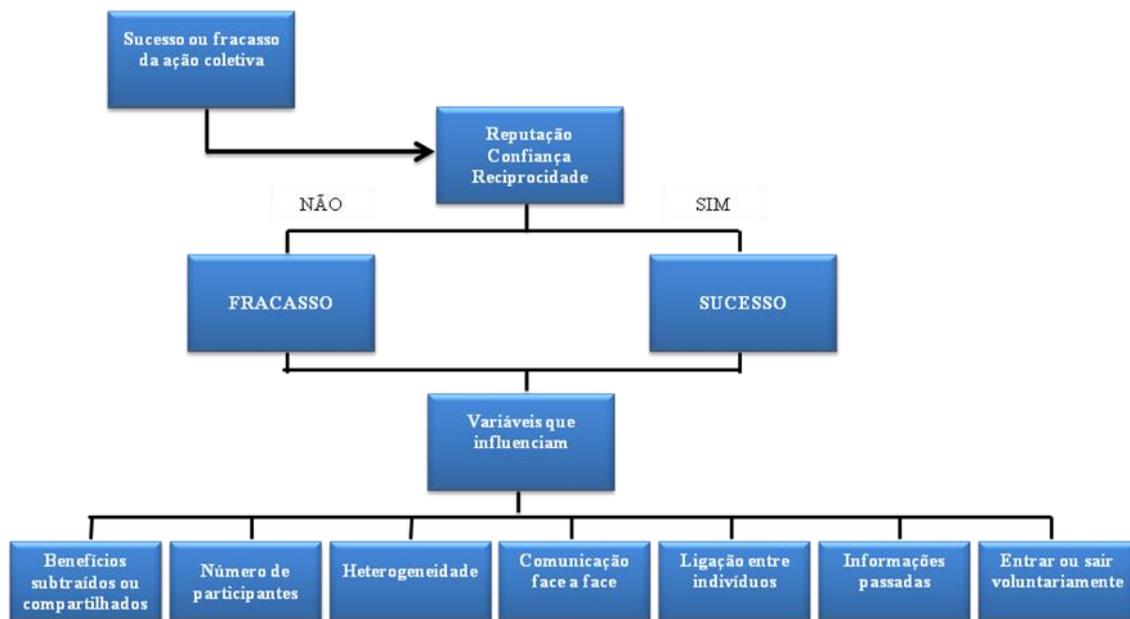
Complementarmente, Ostrom (2007) alerta que é importante compreender as variáveis que afetam a probabilidade de sucesso ou falha das ações coletivas. Primeiramente, ela chama atenção para os fatores relacionados ao núcleo de relacionamentos: reputação, confiança e reciprocidade. Em situações onde os indivíduos têm reputação, os demais indivíduos aprendem a depositar nele confiança, assim, a reputação determina a confiança.

Assim, quando existe a cooperação em situações repetidas, os indivíduos devido à confiança, ficam mais dispostos a adotar a reciprocidade, elevando assim, os níveis de cooperação (OSTROM, 2007). Quanto mais reciprocidade e melhor a reputação, melhor será a cooperação entre os indivíduos. Dessa maneira, a reputação de ser confiável, a confiança e a reciprocidade, são positivamente reforçadas. Isto também significa que a diminuição em qualquer uma dessas características pode gerar uma desconfiança coletiva, levando a pouca ou nenhuma cooperação.

Entretanto, a pesquisadora destaca que o termo “ações coletivas” é complexo, pois as variáveis centrais apresentadas também são afetadas por outros fatores, denominados por ela de variáveis estruturais, que não dependem essencialmente de uma situação repetitiva. Estas variáveis principais incluem: a) número de participantes envolvidos; b) se os benefícios são subtraídos ou totalmente compartilhados; c) heterogeneidade dos participantes; d) possibilidade de comunicação face a face. As demais variáveis estão sujeitas a situações onde a repetição torna possível o impacto das mesmas, que são: a) informações sobre ações passadas; b) como os indivíduos estão ligados; c) se as pessoas podem entrar ou sair voluntariamente do grupo.

A Figura 3 apresenta de forma resumida as proposições defendidas por Ostrom (2001), que representam as características que são responsáveis pelo sucesso ou falha da ação coletiva.

Figura 3 - Variáveis da Ação coletiva



Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Ostrom, 2007.

Outra análise é realizada por Olson (1999), que apresenta o número de envolvidos na ação coletiva sendo como importantes para seu sucesso ou falha. Segundo o autor, quanto menores forem os grupos, mais eficientes eles serão, pois em grupos menores a atuação do carona é mais difícil. Além disso, segundo o autor, quando existe a heterogeneidade entre os participantes, acredita-se que haverá maior inovação. Nestes grupos ocorrem mais conflitos do que os em grupos homogêneos, da mesma forma que nos grupos mais homogêneos existe um relacionamento amistoso entre os participantes, e uma inovação menor. Segundo o autor, os grupos heterogêneos são os que agregam mais valor para as ações coletivas, pois nesses grupos há maior inovação.

Conforme Ostrom (2007), utilizar uma teoria mais ampla do comportamento humano, que inclui a análise dos níveis de reciprocidade e de cooperação nos dilemas sociais, quando os participantes confiam que outros companheiros farão o mesmo, permite que estudiosos gerem hipóteses testáveis com base em combinações de variáveis estruturais. A autora adverte, no entanto, que em função da grande número, não é possível ligar todas as variáveis estruturais identificadas em um modelo definitivo causal.

Tanto a abordagem de Ostrom como a de Olson trouxeram significativas contribuições para o tema. Para Ostrom (2007), a pesquisa sobre a ação coletiva é um desafio tanto em termos de obtenção de precisão e dados consistentes, mas também devido ao grande número

de variáveis que podem potencialmente afetar qualquer tipo de ação coletiva. Já Olson, ao analisar a ação coletiva, procurou analisar a racionalidade das pessoas, investigando a racionalidade individual versus a coletiva (SCHMIDT, 2010). Além disso, ele discute as diversas características dos grupos que podem levar ao sucesso de uma iniciativa coletiva, as quais são discutidas com mais profundidade na seção que segue.

## 2.2 AS ESPECIFICIDADES DOS GRUPOS E SUA RELEVÂNCIA NA COOPERAÇÃO

Um dos primeiros aspectos abordados por Olson é o tamanho do grupo. Para Olson (1999), os grupos menores são mais eficientes e, podem promover benefício coletivo, simplesmente pela atração individual que o benefício tem para cada um dos membros. A maior eficiência dos grupos pequenos está relacionada a três fatores principais: a) quanto menor o grupo, maior é a percepção que os atores têm do benefício alcançado pelo trabalho de cada agente; b) o *free rider* fica mais evidente em grupos menores e c) quanto menor o grupo, menores os custos envolvidos para organizar a ação coletiva (OLSON, 1999).

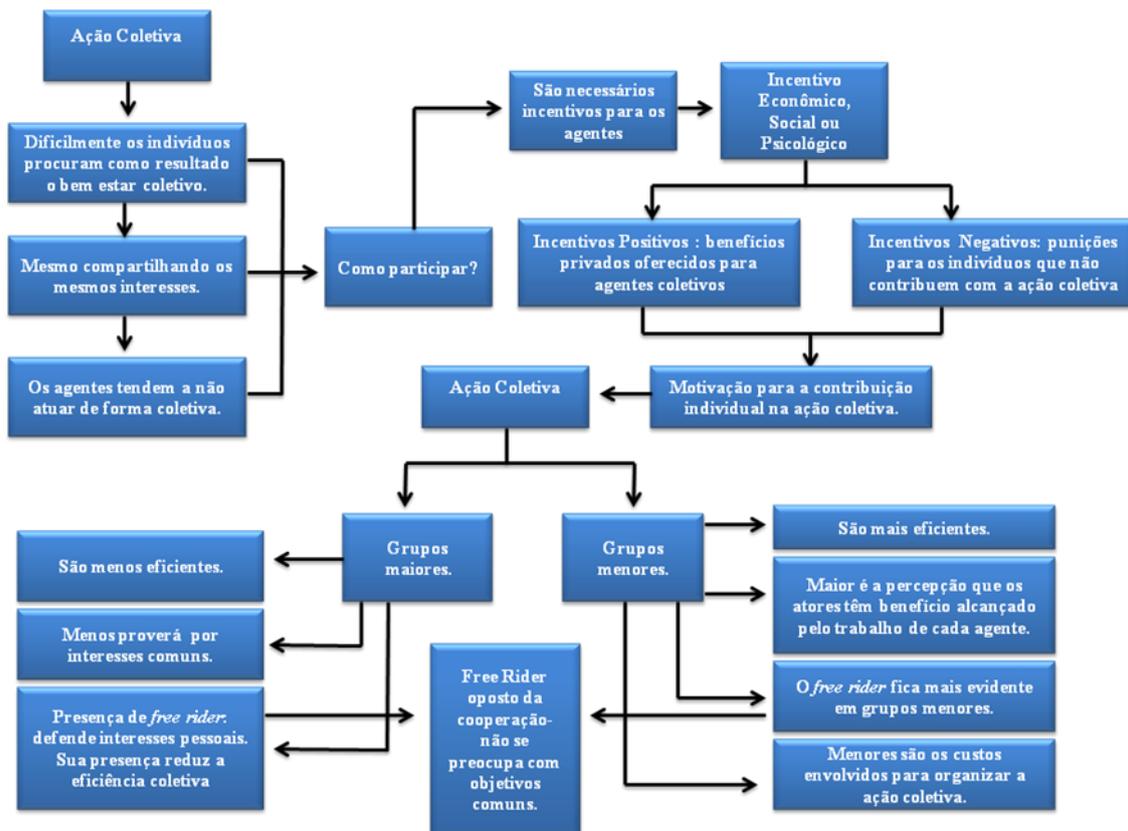
Assim, para Olson (1999), os grupos menores têm mais chance de prosseguir com a parceria, pois à medida que o número de pessoas aumenta, o incentivo para colaborar e para atingir os objetivos diminui. Quanto maior for o grupo, mais longe ele ficará de atingir o ponto ótimo de obtenção do benefício coletivo e menos provável será que ele atue para obter até mesmo uma quantidade mínima desse benefício. Em síntese, “quanto maior for o grupo, menos ele proverá seus interesses comuns” (OLSON, 1999, p. 48).

Uma característica importante dos objetivos conquistados através da cooperação é que eles, assim como os bens públicos, dificilmente são apropriados por apenas um dos envolvidos. “O simples fato de uma meta ou propósito ser comum a um grupo significa que ninguém no grupo ficará excluído do proveito ou satisfação proporcionada por sua consecução” (OLSON, 1999, p. 27).

No entanto, na visão do autor, são necessários incentivos para que os agentes participem da ação coletiva. Segundo ele, não são apenas os incentivos econômicos os únicos possíveis, além deles, existem os incentivos sociais ou psicológicos. “As pessoas algumas vezes sentem-se motivadas também por um desejo de prestígio, respeito, amizade e outros objetivos de fundo social e psicológico” (OLSON, 1999, p. 72). Esses incentivos podem ser positivos e negativos. Positivos, são os benefícios privados oferecidos para agentes coletivos; já os negativos, são as punições para os indivíduos que não contribuem com a ação coletiva, e são eles, que motivam para a contribuição individual na ação coletiva.

A Figura 4 apresenta de forma resumida as proposições centrais de Olson (1999) em seu livro a Lógica da Ação Coletiva. O fluxograma apresenta como as ações coletivas podem trazer ganhos que vão superar as ações individuais. E como os grupos menores são mais eficientes do que os maiores, pois nos menores a presença do *free rider* é mais perceptível e os ganhos são mais evidentes do que em grupos maiores.

Figura 4 - Proposições: a Lógica da Ação Coletiva



Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Olson, 1999.

Outra característica dos grupos refere-se à heterogeneidade de interesses dos seus integrantes. Estudo desenvolvido por Nassar e Zylbersztajn (2004) discute o tema da seguinte forma: como um bem coletivo, uma vez produzido, teoricamente não oferece restrições de acesso ao grupo, torna-se relevante considerar o valor e o custo de produção deste bem. Todavia, de acordo com estes autores, o valor que cada indivíduo atribui ao bem está vinculado às suas preferências individuais. Se o tamanho do grupo for reduzido e homogêneo, o valor atribuído ao bem coletivo será o mesmo para todos os membros. De outro modo, havendo heterogeneidade de interesses, o valor atribuído ao bem coletivo tende a divergir influenciando negativamente na coesão do grupo.

Para solução destes problemas os mesmos autores sugerem a adoção de instrumentos de avaliação individualizada, ou divisão em subgrupos menores, propiciando a distribuição proporcional dos custos. No caso de grupos grandes e heterogêneos, a probabilidade de homogeneidade na atribuição do valor do bem coletivo tende a reduzir-se, razão pela qual cada indivíduo estará disposto a contribuir de acordo com essa atribuição individual de valor e não sobre a parcela equivalente de custo. Nestas situações, somente a oferta de um bem seletivo motivará os indivíduos a agirem coletivamente. Esses incentivos poderiam ser positivos, para os que agem contributivamente dentro do grupo, ou negativos representados pela punição daqueles que deixam de contribuir.

Esta questão também é tratada por Orenstein (1998), pois para ele um grupo de indivíduos é considerado homogêneo desde que seus posicionamentos no interior do grupo não resultem em diferentes formas comportamentais, caso contrário o grupo é considerado heterogêneo. Afirma que a heterogeneidade pode originar-se em diferenças étnicas, religiosas, de gênero, nível de renda, morais ou mesmo pela assimetria do nível informacional que cada indivíduo dispõe para as diferentes fases da ação coletiva.

Todavia, apesar das dificuldades observadas decorrentes da heterogeneidade do grupo ou de interesses dos integrantes do grupo, esta característica apresenta um lado positivo, quando esta análise realiza-se sob a ótica das estratégias de acesso a novas informações, discussão proposta por Granovetter (1973; 1985) ao abordar a relevância dos laços sociais.

Nas últimas décadas, tem se observado que o fortalecimento e estabelecimento de laços sociais entre os agentes econômicos não deve ser ignorado, quando se pretende entender como as relações entre os indivíduos acontecem (CÁRDENAS, 2007).

### 2.3 LAÇOS FORTES E FRACOS E SUAS RELAÇÕES NA COOPERAÇÃO

Granovetter em 1973, em seu artigo “*The strength of weak ties*”, apresenta uma contribuição importante sobre o conceito de laços fracos e fortes dentro de uma rede social. Para o autor, a força de cada laço, envolve várias combinações de fatores, como a intimidade, a reciprocidade, a intensidade emocional, o tempo, entre outros.

Segundo Granovetter (1973), existem laços fortes e fracos. Os fortes são caracterizados por relações que envolvem além de confiança, a reciprocidade entre as pessoas, ocorrendo geralmente entre vizinhos, amigos e familiares. Como nesses laços fortes existe homogeneidade, há pouca agregação de valor, no sentido de busca de recursos.

Por outro lado, os laços fracos são de grande importância, apesar de que nestes a confiança e a reciprocidade não são tão marcantes. São esses laços os responsáveis pelo alcance de novas informações, novas oportunidades e também da integração dos indivíduos em grupos diferentes. Outro fator importante é que quando existem laços fortes, os relacionamentos podem ficar desgastados e a inovação é praticamente inexistente. No entanto, vale ressaltar que nem todos os laços fracos agregam valor (SCHMIDT, 2010). Fluxos de informações novas acontecem em laços fracos devido ao fato de que em laços fortes, as pessoas estão mais próximas, e como pertencem normalmente aos mesmos círculos, as informações que se tem acesso tendem a ser praticamente as mesmas (VILLAR, 2009).

Os laços fracos são indispensáveis para a existência de oportunidades individuais e para a integração dos indivíduos em uma comunidade. Assim, informações, novas ideias e novas oportunidades acontecem devido à existência de laços fracos, que são capazes de unir pessoas de grupos distintos. Dessa forma, é possível considerar os laços fracos importantes para a estrutura social (CÁRDENAS, 2007).

A contribuição de Granovetter sobre os laços fortes e fracos deu suporte para os estudos de Burt (1992), na construção de sua teoria sobre os buracos estruturais. O termo buracos estruturais é utilizado para se referir a ausência de conexão entre dois indivíduos (BURT, 1992). O autor discorre sobre a importância de se observar a presença dessas conexões, bem como a ausência delas.

Burt, mais do que a força do laço proposta por Granovetter, demonstra como a arquitetura das redes interfere no desempenho das firmas, buscando assim entender como a estrutura social pode interferir no ambiente competitivo, gerando oportunidades para obtenção de benefícios de informação e também de controle (FREIRE, 2010).

Os buracos estruturais são relações não redundantes entre os indivíduos que não necessariamente se comunicam, no entanto possuem um intermediário entre eles que consegue benefícios de informação e de controle. Existe vantagem em se estabelecer essa ligação, que está na construção de uma relação não redundante, rica em novas informações, o que pode dar poder e controle ao intermediário, na medida em que estabelece relações entre contatos desorganizados (FREIRE, 2010).

Alguns indivíduos que detém de posições estratégicas, podem ter benefícios relacionados ao fluxo de informações e repasse de recursos. Entende-se assim, que os buracos estruturais dão abertura para que ocorra a ação de agentes chamados oportunistas (SCHMIDT, 2010).

Outra contribuição importante de Granovetter ocorreu no ano de 1985, com o artigo intitulado “*Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness*”. Neste artigo, é apresentado o problema da imersão, no qual as relações sociais, de acordo com Granovetter (1985), afetam as relações econômicas. Dessa forma, tanto os comportamentos dos atores sociais, quanto às instituições são afetadas por elas.

Inicialmente, Granovetter (1985) traz uma colaboração teórica para o conceito de *embeddedness*, relacionando-a com a ação econômica. Segundo o autor, a sociologia contemporânea tem uma concepção de homem supersocializada, na qual, as pessoas são sensíveis às opiniões dos outros e obedientes a sistemas de normas desenvolvidos consensualmente. No entanto, existe também a concepção do homem subsocializado, concepção atomizada da ação humana, onde há a rejeição do impacto da estrutura social e das relações sociais sobre a produção e consumo.

O conceito de imersão social proposto por Granovetter (1985) difere das outras duas concepções, pois leva em consideração os relacionamentos sociais para explicar decisões dos agentes econômicos. Para o autor, as decisões sempre são tomadas em um contexto de relacionamentos sociais. O comportamento e as instituições estão de tal forma imersos em processos de relações sociais, que não é possível tratá-los como aspectos independentes, pois isso levaria a sérias limitações na apreensão da dinâmica das atividades organizacionais (GRANOVETTER, 1985).

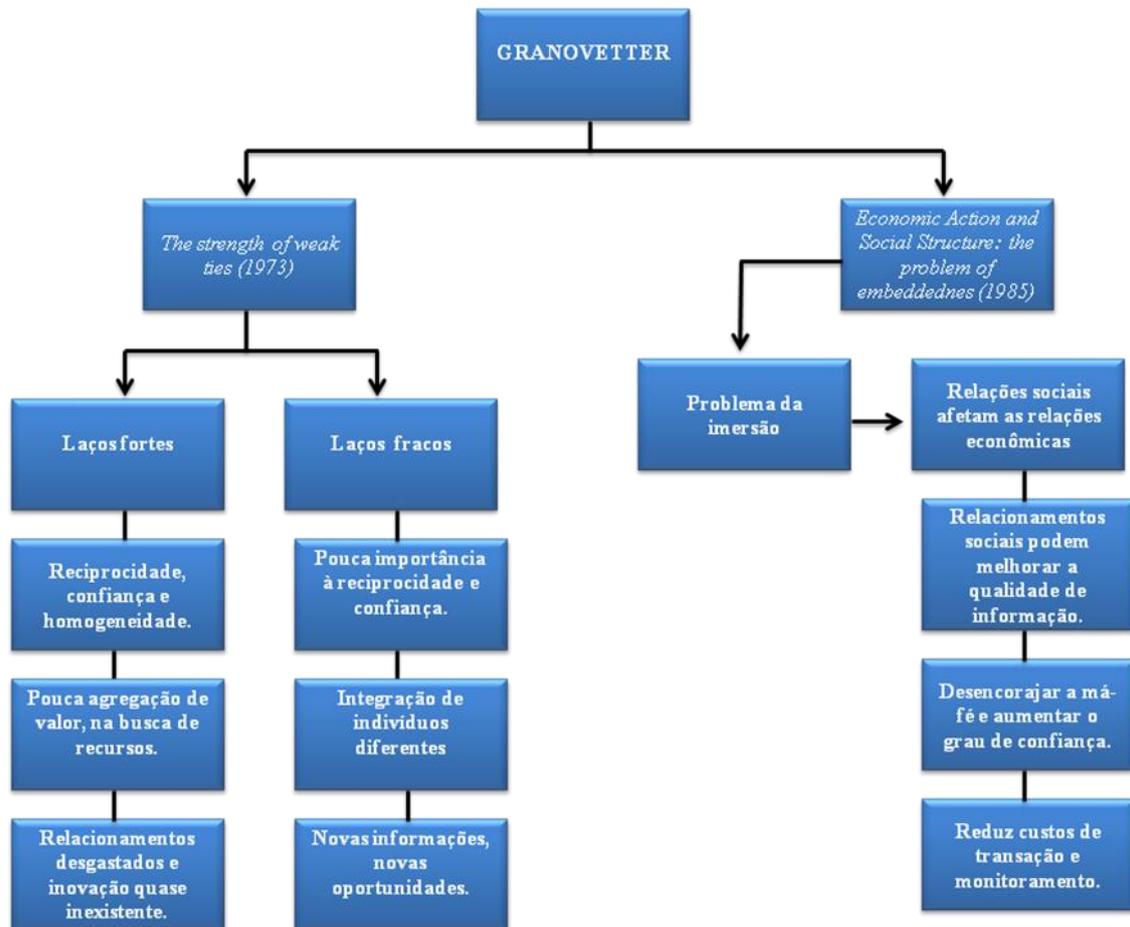
Assim, para Granovetter (1985), a vida econômica está imersa em relações sociais. O autor é contrário aos clássicos e neoclássicos, que acreditavam que as relações sociais eram entraves que prejudicavam as negociações.

Para o autor, a vida econômica desde o início esteve imersa em relações sociais. Segundo ele, as análises convencionais negligenciam a identidade e as relações entre os negociantes, no entanto, para ele, as relações se tornaram fenômenos de mercado. Esses fenômenos caracterizam-se pelo enraizamento (*embeddedness*) das relações pessoais dos indivíduos nas ações econômicas de mercado (RAMOS, 2008). Dessa forma, os relacionamentos podem melhorar a qualidade da informação entre os atores, desencorajar a má-fé e aumentar o grau de confiança, pois há a tendência de que os atores prefiram transacionar com indivíduos de reputação conhecida. Neste sentido, essa visão reforça a importância dos grupos, uma vez que são influenciados pelos relacionamentos interpessoais dos membros e não apenas pela maximização dos interesses econômicos (RAMOS, 2008).

O conceito de imersão social tem sido muito utilizado para explicar a formação de grupos ou parcerias. De acordo com essa visão, as organizações poderiam alavancar suas

competências e capacidades através dos laços sociais. A confiança é um fator que cresce com o estreitamento dos laços sociais, e conforme a confiança se estabelece, as negociações são facilitadas, tornando menores os custos de transação. Isso porque quando há confiança, passam a ser desnecessários contratos complexos e monitoramento constante entre os agentes econômicos. A Figura 5 apresenta as proposições de Granovetter.

Figura 5 - Proposições de Granovetter (1973 e 1985)



Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Granovetter, 1973; 1985.

A Figura 5 apresenta um fluxograma com as proposições de Granovetter (1973; 1985). Como mencionado, em 1973, o autor discute de que forma os laços fortes e fracos são importantes nas relações sociais. Os laços fracos neste sentido são aqueles onde não existe tanta reciprocidade e confiança e por esse motivo são eles que proporcionam novas informações e novas oportunidades. Já os laços fortes são aqueles onde existe reciprocidade e confiança, e como há homogeneidade no grupo, existe pouca agregação de valor, busca de recursos e a inovação é quase inexistente.

Em 1985, o autor apresenta sua contribuição sobre o problema da imersão. Sua proposição é que as relações sociais afetam as relações econômicas, por isso precisam ser consideradas. Dessa forma, os relacionamentos podem melhorar a qualidade das informações e conseqüentemente vão desencorajar a ação oportunista.

As teorias discutidas apresentam variáveis distintas que podem influenciar o sucesso ou falha de uma ação coletiva, essencial para a investigação do estudo de caso apresentado, porque, acredita-se que essas variáveis influenciam o desempenho da Aquimap. A Figura 6 apresenta as principais contribuições dos autores apresentados.

Figura 6 - Variáveis que influenciam na ação coletiva

Autor	Variáveis
<b>Granovetter</b>	Laços fortes e fracos; Homogeneidade e heterogeneidade.
<b>Olson</b>	Disposição a cooperar; Free rider; Grupos maiores e menores.
<b>Ostrom</b>	Benefícios subtraídos ou compartilhados; Comunicação face a face; Confiança; Entrar e sair voluntariamente. Heterogeneidade; Informações passadas; Ligação entre os indivíduos; Número de participantes; Reciprocidade; Reputação.

Fonte: Adaptado de Ostrom, 2007; Olson, 1999 e Granovetter, 1973; 1985.

Observa-se que cada uma das teorias apresentadas busca a explicação da ação coletiva por um enfoque diferenciado. Sendo assim, é possível utilizá-las em conjunto para uma melhor explicação sobre os fatores que são fundamentais para o sucesso ou não de uma ação coletiva. A partir disso, um novo esquema foi elaborado, buscando unir as variáveis que podem ser consideradas semelhantes apresentadas pelos autores. Dessa forma, a Figura 7 apresenta a integração dos pressupostos dos autores apresentados no referencial teórico.

Figura 7 - Integração dos fatores identificados nas teorias de Ostrom, Olson, Granovetter

<b>Integração dos fatores identificados em Ostrom; Olson; Granovetter</b>
<b>1</b> Disposição a cooperar = <i>free rider</i>
<b>2</b> Reputação = informações passadas;
<b>3</b> Grupos maiores/menores = número de participantes;
<b>4</b> Homogeneidade/heterogeneidade = laços fortes/fracos = ligação entre os indivíduos;
<b>5</b> Reciprocidade;
<b>6</b> Confiança;
<b>7</b> Comunicação;
<b>8</b> Benefícios subtraídos ou compartilhados;
<b>9</b> Entrar e sair voluntariamente.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Ostrom, 2007; Olson, 1999 e Granovetter, 1973; 1985.

A partir disso, é entendido-se que as necessidades comuns somente serão atendidas se todos os participantes da ação coletiva colaborarem, pois assim, os ganhos coletivos passam a superar os ganhos individuais. Acredita-se ainda, que para que a ação coletiva obtenha sucesso ou não, algumas variáveis são apontadas pela literatura são fundamentais, como apresentado na Figura 7.

Acredita-se que as abordagens teóricas apresentadas neste estudo são de grande importância para o entendimento do sucesso ou falha das ações coletivas. No entanto, observa-se que outro fator merece destaque, qual seja: a presença de um agente coordenador. Entende-se que um líder pode auxiliar no desenvolvimento de uma ação coletiva de sucesso.

#### 2.4 A IMPORTÂNCIA DO LÍDER – EMPREENDEDOR NAS INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO

O empreendedorismo coletivo é representado por diversas formas de associativismo, como negócios familiares, sociedades, associações, cooperativas, entre outros. Devido a dificuldade que se observa nos pequenos produtores, de acesso ao mercado, comercialização da produção, compra de insumos agrícolas, o empreendedorismo coletivo pode ser uma alternativa para superá-las (SACHS, 2003).

Alguns autores como Farina (1999) e Nassar (2001) já perceberam que o líder coletivo é de grande relevância para as ações coletivas, por esse motivo, acrescentaram essa figura na ação coletiva como um indivíduo coordenador.

O empreendedor coletivo é o coordenador do processo, devendo fazer com que o subsistema alcance vantagem competitiva em relação a outros sistemas (ZYLBERTSZTAJN;

FARINA, 1999). Nassar (2001) afirma que Olson assumiu o papel da liderança na formação dos grupos e denominou esse agente como um empreendedor político.

O empreendedor coletivo para Melo Neto e Froes (2002) desempenha uma mediação específica ao realizar as condições sociais, administrativas e políticas da produção, ligando o trabalho de vários grupos a cadeias produtivas que alcançam mercados mais alargados.

Para Dolabela (2003), o empreendedor coletivo busca promover mudanças que levem a sustentabilidade, assim, seu trabalho busca as potencialidades da comunidade, criando condições para que os agentes sejam protagonistas, através das redes de cooperação internas e externas, na construção de seu desenvolvimento.

Na busca de alternativas, segundo Dolabela (2003) o empreendedor desenvolve o trabalho coletivo para que sensibilize as forças dos atores para a necessidade de cooperação. Além disso, busca incentivar e aumentar a conexão entre os setores ao qual está inserido. Cria foros democráticos de discussão, a construção de um banco de dados e critérios para avaliar os problemas dos atores. Estimula a criação de uma agenda local que apresenta as prioridades definidas pelos envolvidos na ação coletiva. O empreendedor elabora projetos para a construção de estratégias e parcerias que sirvam para solucionar problemas e constrói a cooperação para a realização de um projeto coletivo.

No entanto, vale destacar que o empreendedorismo coletivo não é apenas a soma do empreendedorismo individual de cada membro que participa da associação, pois de acordo com Martinez (2004), em algumas situações o individuo sozinho não é empreendedor, mas se torna quando trabalha em equipe. Assim, o empreendedorismo coletivo representa uma constante melhoria que envolve a todos para o trabalho em conjunto.

Mesmo que esses empreendedores coletivos sejam do mesmo ramo, e sejam concorrentes entre si, isso não exclui a existência de iniciativas de cooperação e ações compartilhadas entre eles, o que possibilita a atuação conjunta no mercado para compra compartilhada, negociação com o poder público, entre outros (SACHS, 2003).

Pelo apresentado, é fundamental identificar quais são os líderes e os empreendedores coletivos que determinam as ações coletivas dentro da Aquimap, pois esses empreendedores são fundamentais para o desenvolvimento das atividades da associação.

É importante destacar que durante este capítulo de fundamentação teórica procurou-se caracterizar algumas variáveis que podem ser limitadoras ou indutoras à participação dos produtores em estratégias horizontais de cooperação. Entretanto, não se esgotam aqui todas as contribuições da literatura. Diversas são as abordagens teóricas que permeiam o assunto, porém, pretendeu-se investigar alguns dos aspectos que podem ter maior impacto sobre o

sucesso ou falha das iniciativas de cooperação. Esta é uma das propostas deste estudo. Analisar quais são as características mais importantes das iniciativas de cooperação, que fazem com que o grupo, consiga desenvolver recursos competitivos no longo prazo.

Assim, verificou-se que os fatores apontados pela literatura de cooperação como influentes sobre a ação coletiva são: 1) disposição a cooperar = *free rider*; 2) reputação = informações passadas; 3) grupos maiores/ menores = número de participantes; 4) homogeneidade/ heterogeneidade = laços fortes/ fracos = ligação entre os indivíduos; 5) reciprocidade; 6) confiança; 7) comunicação; 8) benefícios subtraídos; 9) liberdade para entrar e sair voluntariamente; 10) liderança/ empreendedor coletivo. Entende-se que estas variáveis assumem papel de grande importância para as iniciativas de cooperação horizontal, além de fornecerem aos grupos uma estrutura diferenciada, que pode ser capaz de gerar vantagem competitiva e incremento de renda aos produtores. Acredita-se que estes fatores complementam-se para a formação ideal dos grupos. Esta pesquisa busca compreender quais características são fundamentais para que a cooperação horizontal identificada em Maripá-PR, especificamente a Associação de Aquicultores de Maripá (Aquimap) obtenha sucesso.

### **3 A AQUICULTURA NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ: BREVES CONSIDERAÇÕES**

Este estudo teve o objetivo de investigar quais características da cooperação são relevantes para tornar a Aquimap uma estratégia coletiva que se sustente no longo prazo. Nesta perspectiva, é fundamental entender também a dinâmica existente dentro da aquicultura, abordando a cadeia produtiva do peixe no Brasil e no Estado do Paraná.

Primeiramente vale mencionar que o agronegócio é de extrema importância para a economia brasileira, sendo impulsionado pelo aumento da produção dos últimos anos. O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio de 2011 foi de 917.654 milhões, representando 22% de toda a riqueza gerada no país (USP/CNA, 2011). Além disso, o agronegócio movimenta grande volume de negociações financeiras, sendo considerado uma das principais fontes de receita para a economia do país (SILVA; AKAHOSHI; BINOTTI, 2012).

No país, os diagnósticos e as prospecções que emergem dos trabalhos sobre a aquicultura evidenciam que esta será uma das atividades de maior importância nos próximos anos, contribuindo desta forma para a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio brasileiro. Essa informação, associada a grande quantidade de terras e a maior reserva de água doce do planeta, possibilitam ao país ser o que apresenta o maior potencial para ampliação da produção de pescado através da aquicultura (CASTAGNOLLI, 1996).

As pesquisas voltadas para o cultivo de organismos aquáticos no Brasil se iniciaram na década de 1930, e se intensificaram a partir de 1970. No entanto, apenas a partir de 1990, a aquicultura brasileira começou a se firmar como atividade econômica no cenário nacional da produção de alimentos (IBAMA, 2003). A partir desse momento, os segmentos (piscicultura, carcinicultura, malacocultura e outros) que fazem parte desse setor tem se desenvolvido de forma bastante acelerada, apresentando taxas de crescimento anual superiores a 25% em alguns segmentos, cuja produção é destinada principalmente para o abastecimento do mercado interno (SEBRAE, 2006).

A aquicultura é a produção de organismos com hábitat predominantemente aquático, em cativeiro, em qualquer um de seus estágios de desenvolvimento. Essa é uma atividade que depende do ecossistema onde está inserida e os ecossistemas devem ser mantidos em equilíbrio para que a atividade se mantenha (SEBRAE, 2008).

A atividade no país se sustenta principalmente pelos pequenos produtores rurais. No entanto, essa condição pode ser considerada como positiva, pois na maioria dos grandes produtores mundiais, a produção também é realizada em pequenas propriedades rurais

(IBAMA, 2001). Cada vez mais, um número significativo de produtores rurais familiares passaram a considerar a aquicultura como uma atividade não apenas secundária dentro de um estabelecimento rural. Dessa forma, passaram a dedicar-se de forma profissional a atividade, mesmo integrando-a com outras (GTAF, 2002).

Nos últimos anos, a aquicultura vem se firmando como atividade pecuária e é apontada como o segmento responsável pelo aumento da oferta mundial de pescado, sendo este, a terceira fonte de proteína de origem animal no mundo. A taxa de crescimento da aquicultura pode ser explicada pela tendência de aumento da demanda por carnes brancas, associada à redução dos estoques mundiais de pescados disponíveis em ambiente natural (BORGHETTI, 1996).

A aquicultura se desenvolve de forma sustentável e crescente, sendo a atividade mais importante do setor pesqueiro do mundo, representando uma forma alternativa de maior viabilidade para o suprimento da crescente demanda por pescado. O setor pesqueiro extrativo nas últimas décadas apresentou quedas, dessa forma, o crescimento da aquicultura tem sido a única forma de acompanhar a alta demanda do consumo de pescado mundial (SEBRAE, 2008).

A produção pesqueira e aquícola mundial como um todo, atingiu a marca de 155,8 milhões de toneladas em 2007 e 159,2 milhões em 2008. O maior produtor em 2008 foi a China com 57,8 milhões de toneladas, seguido da Indonésia com 8,8 milhões de toneladas. Já o Brasil contribuiu com 0,81% referente a 1 milhão de toneladas em 2008, para o total da produção mundial (BOLETIM ESTATÍSTICO DA PESCA, 2008-2009).

Em 2009, a China continuou sendo o maior produtor, com cerca de 60,5 milhões de toneladas, e a Indonésia com 9,8 milhões de toneladas. Neste mesmo ano, o Brasil contribuiu com 1.173.832 milhões de toneladas o que representou 0,86% da produção mundial. Assim, em 2008, o Brasil ocupava a 21ª posição e em 2009 passou a ocupar a 18ª posição (BOLETIM ESTATÍSTICO DA PESCA, 2010). O Quadro 1 apresenta a produção mundial dos anos de 2008 e 2009 e a respectiva participação de cada país.

Quadro 1 - Produção pesqueira e aquícola mundial, 2008 e 2009

Posição em 2008	Posição em 2009	País	Produção (t)			
			2008		2009	
			Produção	%	Produção	%
1°	1°	China	57.827.108	40,64	60.474.939	41,68
2°	2°	Indonésia	8.860.745	6,23	9.815.202	6,76
3°	3°	Índia	7.950.287	5,59	7.845.163	5,41
4°	4°	Peru	7.448.994	5,23	6.964.446	4,80
5°	5°	Japão	5.615.779	3,95	5.195.958	3,58
6°	6°	Filipinas	4.972.358	3,49	5.083.131	3,50
7°	9°	Vietnã	4.585.620	3,22	4.832.900	3,33
8°	7°	Estados Unidos	4.856.867	3,41	4.710.453	3,25
9°	8°	Chile	4.810.216	3,38	4.702.902	3,24
10°	9°	Rússia	3.509.646	2,47	3.949.267	2,72
17°	17°	México	1.745.757	1,23	1.773.644	1,22
21°	18°	<b>Brasil</b>	<b>1.156.423</b>	<b>0,81</b>	<b>1.240.813</b>	<b>0,86</b>
19°	19°	Marrocos	1.003.823	0,71	1.173.832	0,81

Fonte: Boletim Estatístico da Pesca, 2010.

Em relação à produção aquícola mundial, em 2009 a China continuou sendo o maior país produtor, com aproximadamente 45,3 milhões de toneladas. Neste sentido, o Brasil ocupou a 17° posição no ranking mundial, com a produção de aproximadamente 415.649 toneladas em 2009. O Quadro 2 apresenta a produção de pescado através da aquicultura.

Quadro 2 - Produção toneladas mundial da aquicultura 2008 e 2009

Posição	País	Produção (t)			
		2008		2009	
		Produção	%	Produção	%
1°	China	42.669.845	81,28	45.279.173	82,18
2°	Indonésia	3.854.944	7,34	4.712.847	8,55
3°	Índia	3.851.059	7,34	3.791.922	6,88
4°	Vietnã	2.498.120	4,76	2.589.800	4,70
5°	Filipinas	2.407.698	4,59	2.477.392	4,50
6°	Tailândia	1.330.861	2,53	1.396.020	2,53
7°	Coréia do Sul	1.394.818	2,66	1.331.719	2,42
8°	Japão	1.186.338	2,26	1.243.336	2,26
9°	Bangladesh	1.005.542	1,92	1.064.285	1,93
10°	Noruega	848.359	1,62	961.840	1,75
16°	Malásia	354.379	0,68	472.302	0,86
17°	<b>Brasil</b>	<b>365.367</b>	<b>0,70</b>	<b>415.649</b>	<b>0,75</b>
18°	Taiwan	330.861	0,63	290.856	0,53

Fonte: Boletim Estatístico da Pesca, 2010.

A produção de pescado no Brasil atingiu em 2010, 1.264.765 toneladas, um aumento de 2% em relação ao ano anterior (BOLETIM ESTATÍSTICO DA PESCA, 2010). Em 2010, a pesca extrativa marinha foi a principal fonte de produção de pescado, produzindo 536.455

toneladas, o que representa 42,4% do total produzido. Na sequência encontra-se a aquicultura continental com 31,2%, aproximadamente 394.340 toneladas, a pesca extrativa continental com 19,7%, aproximadamente 248.911 toneladas, e aquicultura marinha com 6,7% do total produzido.

O Brasil produz atualmente mais de um milhão de toneladas/ano de pescado. A distribuição por região apresenta a Região Nordeste como a mais produtiva, com 34% do total produzido, seguida, pela região Sul com 25%, a Região Norte com 21%, Região Sudeste com 14% e Região Centro-Oeste com 6% (SEAB, 2010).

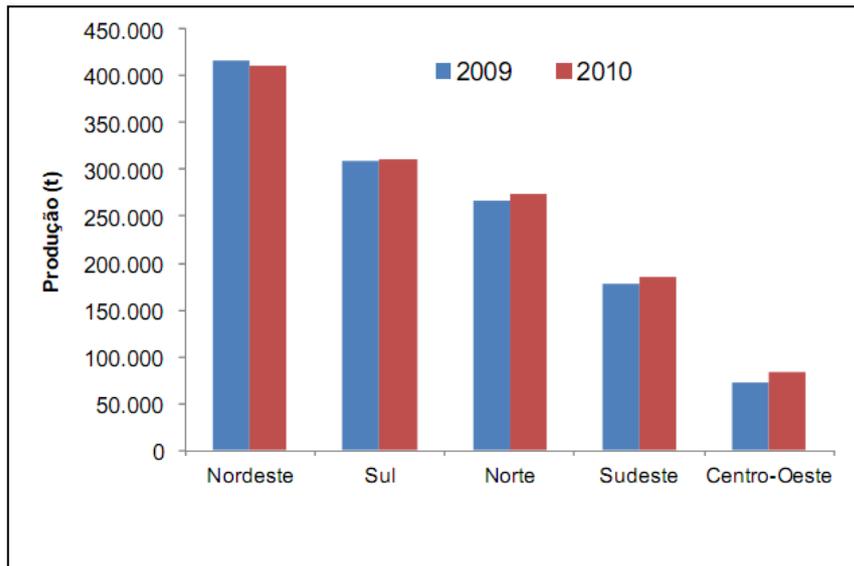
Segundo o Ministério da Pesca e da Aquicultura (2011), o país produziu em 2011 aproximadamente 1,25 toneladas de pescado, sendo desses 38% cultivados. A atividade gera um PIB pesqueiro de R\$ 5 bilhões de toneladas, tem cerca de 800 mil profissionais, gerando cerca de 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos. Em 2009, a atividade cresceu, passando de 278 mil toneladas de 2003 para 415 toneladas em 2009, um crescimento de 35%. Já a piscicultura cresceu 60,2% entre 2007 e 2009. A aquicultura cresceu 43,8% entre 2007 e 2009, sendo a produção de pescado a que mais se destacou em crescimento de carnes no período (MPA, 2011).

A região Sul, apresenta características de clima e de topografia que permitem, embora com certas limitações, o cultivo tanto de espécies de águas frias, quanto de águas mornas (RISSATO, 2001).

A aquicultura da região é um pouco distinta. No Estado do Rio Grande do Sul, a piscicultura é baseada no cultivo de carpas e tilápias, que são cultivadas em tanques escavados em sistemas semi-intensivos. No Estado de Santa Catarina, a produção é formada por mexilhões em maricultura e sistemas integrados com policultivos (várias espécies: chinesas, pacus e tilápias). Finalmente, o Estado do Paraná, que atingiu o grau mais elevado de industrialização da produção regional, se caracteriza pela utilização de tanques escavados em sistemas intensivos de produção e pela produção de tilápias (IBAMA, 2008).

A região Sul apresentou uma produção de 311.700 toneladas em 2010, o que representou 24,6% da produção do país, ficando atrás apenas da região Nordeste. A Figura 8 apresenta a produção de pescado nacional, de acordo com as regiões do país, nos anos de 2009 e 2010. Apresentando a região Nordeste como a principal produtora de pescado nos dois anos, seguidas pela região Sul, região Norte, Sudeste e Centro-Oeste.

Figura 8 - Produção de pescado nacional 2009 e 2010



Fonte: Boletim Estatístico da Pesca, 2010.

Em 2009, a produção da Região Sul totalizou 308.647 toneladas, já em 2010 o total produzido foi de 311.700 toneladas. O Quadro 3 apresenta a produção de pescado da região Sul no ano de 2010, dividida pelos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Quadro 3 - Produção de pescado Região Sul - 2010

2010						
Região Sul	Pesca Extrativa			Aquicultura		
	Marinha	Continental	Sub- Total pesca (t)	Marinha	Continental	Sub- Total aquicultura (t)
Paraná	3.141,0	1.711,7	4.852,7	961,8	35.811,1	36.773,0
Rio Grande do Sul	28.455,9	2.763,0	31.218,9	19,3	55.066,4	55.085,8
Santa Catarina	124.977,0	609,0	125.586,0	15.636,2	42.547,5	58.183,7
Total (t)			<b>161.657,6</b>			<b>150.042,5</b>

Fonte: Boletim Estatístico da Pesca, 2010.

No Estado do Paraná em 2009 foram produzidas 39.896 toneladas e em 2010 foram produzidas 41.625 toneladas, um crescimento de 4,33%. A produção nos últimos três anos cresceu 39%, o que representa um acréscimo de cerca de 10 mil toneladas. De acordo com o Ministério da Pesca, o Estado registrou um volume de 25,8 mil toneladas produzidas em 2008. Já em 2011 o número registrado foi de 45 mil toneladas.

O Estado do Paraná produz entre peixes ornamentais, camarão, curimba, tilápias, carpas, ostras, bagres, pacus, camarão marinho (de captura), caranguejos, mexilhão, siri, cat-

fish, alevinos, entre outros. O Quadro 4 apresenta a produção do Estado em 2011, de acordo com o número de abates que aconteceram no período, segundo dados do DERAL (2011).

Quadro 4 - Produção total do Estado do Paraná - 2011

<b>Cultura</b>	<b>Unidade</b>	<b>Abate</b>
Alevinos	Mil	259.518
Bagre	Kg	410.550
Camarão de água doce (cultivo/ engorda)	Kg	6.000
Carpa	Kg	3.000.182
Cat – Fish	Kg	197.968
Curimba	Kg	79.504
Pacu	Kg	2.130.580
Peixes Ornamentais	Unidade	1.510.000
Pescado de água doce (de captura)	Kg	3.768.070
Piaucu	Kg	195.105
Tambacu	Kg	103.000
Tilápia	Kg	34.530.708
Traira	Kg	207.300
Truta	Kg	3.700
Camarão marinho (de captura)	Kg	6.224.000
Caranguejo	Duzia	149.000
Mexilhão	Kg	179.500
Ostra	Dúzia	167.080
Pescado Marinho (de captura)	Kg	3.219.000
Siri (Carne)	Kg	93.900

Fonte: DERAL, 2011.

A Região Oeste do Paraná tem seu desenvolvimento socioeconômico baseado na produção agropecuária, predominando o cultivo de grãos (soja, milho e trigo) e com destaque para avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite. No entanto, essa região também se destaca pela produção de peixes, pois a piscicultura encontra o meio propício para a sua exploração, e representa uma fonte alternativa de complementação da renda para o produtor rural, sendo a espécie mais cultivada a tilápia do Nilo, pelo seu reconhecido valor econômico e comercial. Essa região concentra 50% da produção de peixes do Estado. Além disso, reúne diversas indústrias de processamento de pescado (EMATER, 2012).

A criação de peixes nessa região é antiga, seu início foi no período de sua colonização, pois os colonizadores da região Oeste, oriundos de Santa Catarina tinham o hábito da criação e consumo de peixes. Inicialmente, por volta dos anos 1970, a produção era de subsistência para pequenos produtores rurais. Ou seja, mesmo que a produção existisse, não tinha valor econômico para a região (HERMES, 2009).

A piscicultura foi implementada efetivamente apenas no ano de 1980, com a criação do Centro de Pesquisa em Aquicultura Ambiental, em Toledo, do Instituto Ambiental do Paraná – IAP. Além disso, houve a criação das Estações de Alevinagem de Jaguariaíva, pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR e das Estações de Alevinagem de Francisco Beltrão, Paranavaí e Loanda, pela SUDEPE/IBAMA.

Em 1987, foi criado também o Programa de Pesca e Aquicultura, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, com o intuito de aumentar a produção de pescado, de organizar os produtores e a busca de melhoramento genético das espécies cultivadas pelo Estado (HERMES, 2009).

O desenvolvimento da atividade foi estimulado pela ação estatal desde o início, por meio de parcerias que foram criadas entre a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento – SEAB, da EMATER, e a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR. As entidades juntas desenvolveram programas de manejo e conservação dos solos, melhoria das águas e do programa de crédito subsidiado aos piscicultores (RISSATO e MARQUES, 1999).

Vale mencionar que a cidade de Maripá – município investigado neste estudo - é destaque na região Oeste como produtora de peixes. A cidade está situada a 95 quilômetros da cidade de Cascavel e a 585 quilômetros da Capital do Estado Curitiba. Sua fundação aconteceu no dia 04 de junho de 1953. Inicialmente a economia foi baseada na extração de madeira e do comércio madeireiro, trabalho que gerou muita riqueza para o local, atraindo a imigração proveniente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com as vastas terras que foram descobertas, foram surgindo os primeiros roçados de feijão, arroz, milho, mandioca, além da criação de animais em pequena escala.

Como município, Maripá foi criado apenas em 1990, desmembrando-se do município de Palotina. Atualmente as principais atividades econômicas da localidade estão voltadas para a aquicultura e a produção de orquídeas. A piscicultura surgiu em 1993, no mesmo período em que aconteceu a chegada da Emater na região, que se instalou na sede auxiliando fortemente a região que era pioneira no assunto em relação à assistência técnica. Neste período surgiram também as primeiras construções dos tanques/viveiros para a engorda de tilápias, aperfeiçoando a produção dos envolvidos na produção (MARIPÁ, 2012).

Em 1997, por iniciativa dos aquicultores do município que contavam com o apoio da administração municipal e do instituto Emater, foi criada a Associação dos Aquicultores de Maripá (AQUIMAP), entidade que hoje congrega um grande número de piscicultores e que é de fundamental importância para o desenvolvimento desta atividade (MARIPÁ, 2012).

Durante o início da produção da piscicultura nos tanques de Maripá anos de 1993 e 1994, a lotação era de 1,0 a 2,0 peixes por m<sup>2</sup>, com uma produtividade média de 3,0 toneladas por hectare/ano e produção de 105,0 toneladas de pescado por ano. Hoje a atividade é considerada a mais importante para o município, tendo ao longo destes 18 anos se desenvolvido de forma crescente, tanto em quantidade quanto em produtividade e qualidade (MARIPÁ, 2012).

Os produtores do município adotam hoje a lotação média de 5,0 a 8,0 peixes por m<sup>2</sup> com a produtividade média de 39 toneladas/hectare/ano e uma produção total de 2.821.000 toneladas na safra de 2012 (EMATER, 2012). O Quadro 5 apresenta os tipos de peixes comercializados e a receita gerada no ano de 2011, segundo os dados da Secretária de Abastecimento do Estado.

Quadro 5 - Comercialização de peixes em Maripá - 2011

<b>Tipo de peixe</b>	<b>Comercializados/ Abatidos</b>	<b>Receita Gerada (R\$)</b>
Bagre	80.000 quilos	310.400,00
Carpas	10.000 quilos	38.000
Tilápias	2.575.000 quilos	8.523.250,00
<b>Total</b>	<b>2.665.000 quilos</b>	<b>8.871.650,00</b>

Fonte: SEAB, DERAL, 2011.

Observa-se que a produção de peixes é de grande relevância para a cidade, pois a receita total gerada em 2011 foi de R\$ 8.871.650,00, uma receita superior a de feijão, mandioca, trigo, aveia, orquídea, entre outros. No entanto, a importância da produção para a cidade, ficou mais evidente após a fundação da Aquimap, pois foi por meio do associativismo que a atividade se tornou rentável para os produtores, contexto que será melhor explorado no capítulo dos resultados.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é um processo sistemático e formal, no qual se desenvolve o método científico. Tem como objetivo a descoberta de respostas para problemas que foram levantados (GIL, 1999). Quando se realiza uma pesquisa, existem objetivos que são observados, há a acumulação dos dados que foram levantados, bem como a compreensão deles. Esta pesquisa teve a finalidade de analisar a associação de Aquicultores de Maripá, de modo a investigar as ações coletivas existentes entre os associados, bem como as variáveis que são determinantes para que a ação coletiva se sustente em longo prazo.

A metodologia define o processo que será utilizado para a realização do estudo, quais as etapas e maneiras que serão necessárias para atingir aos objetivos que foram propostos. Descrevem-se neste capítulo, os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa.

### 4.1 DELINEAMENTOS DA PESQUISA

Define-se pesquisa pelo processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. Tem por objetivo principal descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas (GIL, 1999). A pesquisa proposta neste estudo apresenta abordagem qualitativa, do tipo descritiva, sendo desenvolvida a partir de um estudo de caso.

A pesquisa se classifica como qualitativa, pois de acordo com Malhotra (2001), é aquela pesquisa que busca entender um fenômeno específico em profundidade, ela utiliza-se de descrições, comparações e interpretações. Desta forma, é mais participativa, e, portanto, menos controlável, sendo que os participantes podem direcionar o rumo da pesquisa em suas interações com o pesquisador. Contudo, procurou-se não influenciar os pesquisados no momento em que foram aplicados os questionários, como também no momento em que foram realizadas as entrevistas. Segundo Denzin e Lincoln (2006), os fenômenos são estudados em seu cenário natural, na busca do entendimento que os indivíduos conferem ao cenário. Segundo Trivinos (1987), a pesquisa qualitativa é predominantemente descritiva, pois os dados coletados são mais palavras do que números. Esses dados podem ser entrevistas, notas de campos, fotografias, depoimentos, ou outros documentos. O pesquisador na pesquisa qualitativa analisa os dados em sua riqueza, respeitando a forma do registro ou transcrição. A pesquisa qualitativa foi ideal para responder aos objetivos propostos neste estudo.

Para a análise das características das ações coletivas que obtiveram êxito, elegeu-se o estudo de caso como o mais pertinente ao estudo, pois de acordo com Yin (1990) o estudo de caso é uma pesquisa empírica onde se irá verificar um fenômeno contemporâneo, inserido no contexto da vida real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. Já para Stake (1995), o estudo de caso é utilizado quando se tem interesse em um sistema específico, único e delimitado. Dessa maneira, analisou-se a Aquimap, (Associação dos aquicultores de Maripá), como forma de obter as características relevantes para o associativismo entre produtores.

O estudo de caso é uma ferramenta de investigação científica, utilizado para compreender processos na complexidade social nos quais estes se manifestam: seja em situações problemáticas, para análise de obstáculos, seja em situações bem sucedidas, para avaliação de modelos exemplares (YIN, 2001, p. 21). Neste estudo, foi analisada uma associação bem sucedida, pois a Aquimap tem mais de 16 anos de existência.

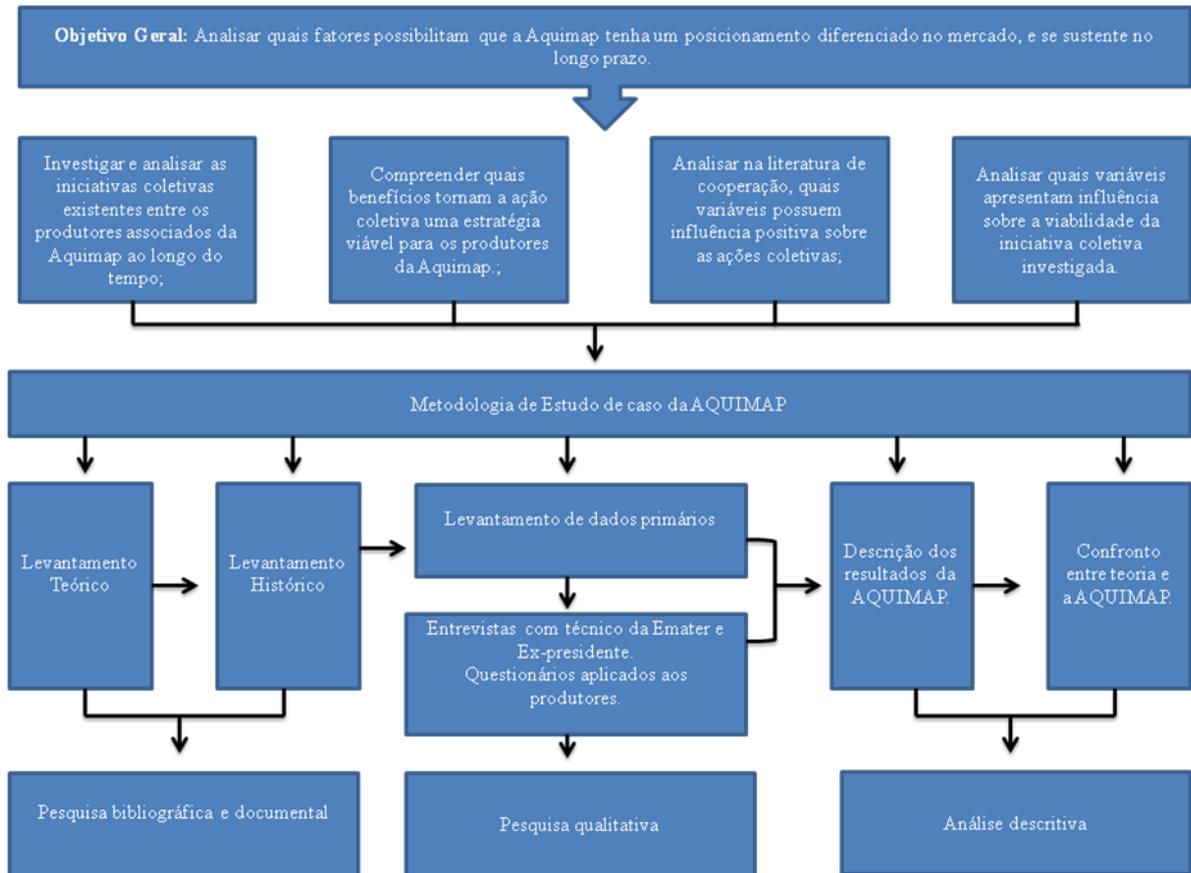
De acordo com Yin (2001) a utilização do estudo de caso único é utilizada quando o caso é decisivo para testar uma teoria, neste caso, o da ação coletiva, seja como forma de confirmar a teoria, seja para contestar a teoria. Outra justificativa segundo o autor para a utilização do estudo de caso é quando esse estudo de caso representa uma situação rara ou extrema. Neste estudo, as teorias de cooperação horizontal foram testadas, a fim de buscar confirmar as variáveis apresentadas pelos autores, como responsáveis pelo sucesso ou falha de uma ação coletiva a longo prazo.

Assim, nesta pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa, com o caráter de estudo de caso. Em síntese, a metodologia utilizada respondeu aos objetivos propostos pelo estudo. A Figura 9 apresenta o modelo da metodologia utilizada.

Em relação à coleta de dados, os procedimentos definidos para a pesquisa compreenderam o levantamento teórico das ações coletivas, das iniciativas de cooperação horizontal, o levantamento das atas das reuniões, assembleias, e documentos da Aquimap, documentos da Emater, classificando a pesquisa como bibliográfica e documental. A coleta dos dados mais relevantes se deu a partir dos dados primários, por meio de entrevistas e questionários realizados com produtores e técnicos.

Os dados secundários foram obtidos em livros, artigos, revistas, teses, dissertações, documentos da Aquimap, Emater. Finalmente, os resultados foram descritos, e confrontados com a teoria, por meio de uma análise descritiva.

Figura 9 - Metodologia de Estudo



Fonte: Elaborado pela autora.

## 4.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados primários foram extraídos em momentos distintos. Em todas as etapas, foram realizados registros sobre as observações e sobre as informações repassadas pelo técnico da Emater, ex presidente e aquicultores, a fim de se obter o máximo de informações possíveis.

Em um primeiro momento de investigação, realizou-se uma visita a Emater, para o reconhecimento da aquicultura na cidade, além de uma breve entrevista com o técnico responsável pela aquicultura, e com um dos fundadores da Aquimap.

Na segunda etapa da pesquisa realizou-se uma visita as propriedades de sete produtores, além da visita a Unidade de Estudo e Pesquisas, localizada em uma propriedade. Esta visita foi realizada juntamente com o técnico da Emater, momento em que foi possível realizar uma entrevista informal com os produtores e seus familiares. A entrevista teve como objetivo buscar compreender a importância da Aquimap para os produtores. Neste mesmo dia, aconteceu uma reunião da diretoria da Aquimap, na qual a pesquisa foi apresentada ao

presidente, e aos membros da diretoria, e novamente as entrevistas informais foram realizadas para o levantamento de mais informações sobre a Aquimap.

Em uma terceira visita a cidade, foi realizada uma entrevista estruturada (APÊNDICE A), com o técnico da Emater, que durou aproximadamente uma hora. Este técnico acompanha as atividades da aquicultura desde seu início na cidade. Essa entrevista teve como objetivo entender como a atividade da piscicultura era vista antes e depois da fundação da Aquimap e como a atividade se fortaleceu na cidade. Além disso, buscar o compreender como a Aquimap é vista pela Emater.

Já na quarta etapa da pesquisa, foi realizada uma entrevista estruturada com um ex presidente da entidade e um dos fundadores (APÊNDICE B). Essa entrevista teve duração de aproximadamente cinquenta minutos, e teve como objetivo a obtenção de informações sobre a Aquimap e sobre as ações coletivas existentes entre os produtores.

Na última visita a cidade, foram aplicados os questionários aos produtores (APÊNDICE C). Esses questionários foram aplicados na última assembleia realizada no ano de 2012, em uma propriedade conhecida como Rancho da Nina, onde aconteceu a confraternização entre os associados e familiares, além do sorteio de prêmios, que foram arrecadados pela diretoria com os fornecedores dos aquicultores, entre eles. Neste momento, foram aplicados 22 questionários, o que representou 65% dos associados, que são 34 ao todo. Inicialmente, o questionário seria aplicado a todos os associados, no entanto, nem todos participaram da assembleia mencionada.

Dentre as variáveis a serem incluídas nos instrumentos de pesquisa destacam-se: *free rider*; reputação; número de participantes; laços fortes/fracos; reciprocidade; confiança; comunicação; benefícios; liberdade para entrar e sair voluntariamente e a liderança.

## 5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A presente seção é de grande relevância para a pesquisa, uma vez que apresenta os resultados empíricos do estudo e busca confrontá-los com a teoria da ação coletiva, conforme apresentado no capítulo teórico. A análise dos dados consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas, ou do contrário recombinar as evidências tendo em vista proposições iniciais de um estudo (YIN, 2001).

Para a realização das análises foram utilizados os seguintes procedimentos:

- a) diário de campo: a cada contato realizado com os pequenos produtores, foram realizados registros sobre as observações e conversas informais;
- b) transcrição das entrevistas: as entrevistas realizadas com o técnico da Emater e com um ex-presidente da Aquimap foram gravadas e transcritas, com o objetivo de auxiliar na descrição da Aquimap;
- c) análise dos questionários: esses instrumentos aplicados aos produtores possibilitaram de responder aos objetivos propostos;
- d) dados secundários: esses dados foram obtidos por meio de documentos da Aquimap, da Emater e da prefeitura, como atas, leis e relatórios.

Primeiramente, apresenta-se a origem da Aquimap e os dados relativos à aquicultura da cidade.

### 5.1 A HISTÓRIA DA AQUIMAP

A origem da Associação de Aquicultores de Maripá (Aquimap) está ligada a instalação do município de Maripá, em janeiro de 1993. A cidade está situada na região Oeste do Paraná, a cerca de 95 quilômetros de Cascavel e, seu povoamento está relacionado com a colonização empreendida pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio – Paraná S/A. Por essa razão o nome do município de Maripá tem o mesmo nome da companhia. Após a chegada da Companhia Madeireira Rio Paraná, o número de trabalhadores da extração de madeira e erva-mate aumentou, o que ocasionou a necessidade de se criar a Vila de Maripá. Após a criação da Vila é que as migrações começaram a acontecer, sendo a cidade colonizada por alemães provenientes de terras catarinenses (MARIPÁ, 2011).

Após a instalação do município, a atividade da piscicultura, que inicialmente era para subsistência, passou a ter caráter comercial para os piscicultores. Antes dessa data, a criação

de peixes era uma atividade exercida de forma artesanal apenas como *hobby*, e para o consumo familiar por um número expressivo de pequenos produtores distribuídos pelas diversas comunidades do interior do município.

Naquela época, por volta de 1993, já estava instalado em Palotina, cidade que está situada a 17 quilômetros da Cidade de Maripá, um frigorífico para abate de tilápias, pertencente a um grupo de Associações de piscicultores da região Oeste do Paraná, a Aquiopar, alguns produtores do recém instalado município de Maripá já estavam associados à Associação dos Piscicultores de Palotina (APAQUI), associação essa também ligada ao frigorífico. No entanto, os produtores perceberam que essa associação não lhes trazia benefícios, pois não recebiam nenhum tipo de incentivo. Além disso, os produtores de Maripá não estavam satisfeitos com a produtividade e lucratividade (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ, 2011).

Com a chegada da Emater em 1993, na cidade de Maripá, a atividade da piscicultura passou a ser atendida pela entidade com apoio da Prefeitura Municipal, e apoio de programas governamentais da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB), de forma que a piscicultura passou a incrementar o município. No entanto, apesar de apresentar novos incentivos, a aquicultura ainda não era atrativa para os produtores, pois a remuneração era baixa e a produtividade pequena.

Em um primeiro diagnóstico realizado no ano de 1993, constatou-se que em 81 propriedades rurais existiam tanques escavados para a criação de peixes perfazendo uma área de 35 hectares, com uma produção de aproximadamente 105 toneladas de pescado. No ano seguinte, já existiam 93 propriedades com uma área de 40 hectares, sendo que a atividade continuou a crescer ano após ano principalmente em área e produtividade (EMATER, 2011).

Com o objetivo de incentivar os aquicultores e mudar a realidade do município, em 1996, o município tomou a iniciativa de criar uma Unidade de Estudos e Pesquisas, na qual era possível a realização de experimentos de criação intensiva de peixes, para proporcionar o aumento de produtividade e renda para os produtores. Mais tarde, por volta de 1997, essa unidade de estudos passou a ser uma Unidade Demonstrativa para a visitação de interessados.

No entanto, mesmo depois da criação da Unidade de Estudos, a preocupação com a produção ainda continuou, pois apesar da união de esforços por parte da prefeitura e da Emater, os produtores não tinham representação, não estavam unidos, não trocavam experiências, de forma que a atividade não era fortalecida.

Assim diante de um cenário promissor, mas que apresentava grandes dificuldades, em 1997, com o objetivo de organizar os aquicultores, auxiliar na produção e fortalecer a

atividade na cidade, foi criada a Associação dos Aquicultores de Maripá (Aquimap). Esta surgiu com o intuito de fortalecer o associativismo entre os piscicultores, e o desenvolvimento da atividade no município (MARIPÁ, 2011).

A primeira reunião da AQUIMAP foi realizada no dia 09/04/1997 (ANEXO A) na Câmara Municipal de Vereadores e teve como objetivo criar uma associação de piscicultores no município de Maripá. A reunião, além de contar com o Secretário Municipal de Indústria e Comércio e Agricultura, e do técnico responsável da Emater, Cesar Ziliotto, contou com a presença do presidente da Aquimar (Associação dos aquicultores de Marechal Candido Rondon).

O presidente da Aquimar fez um relato sobre as atividades e sobre as experiências vividas pela associação, apresentando as dificuldades iniciais que foram encontradas, mostrando que a atividade exige esforço coletivo e boa vontade por parte daqueles que irão fazer parte da associação. Também apresentou que o trabalho é árduo, mas que o associativismo pode trazer diversos benefícios aos associados, e que a união e a representatividade são fatores importantes para a sustentação e o progresso da atividade de piscicultura.

A questão foi amplamente discutida pelos piscicultores da cidade, que chegaram à conclusão de que a formação de uma associação de piscicultores de Maripá seria viável e necessária, pois a piscicultura era uma atividade recente e necessitaria de esforços coletivos para encontrar caminhos que dessem segurança e sustentabilidade para a atividade. Assim, a partir dessa data, a associação de Maripá foi criada (ATAS AQUIMAP, 1997).

Em 08/05/1997 foi realizada nova assembléia para aprovação do estatuto que iria reger a associação, bem como para a definição dos representantes da primeira diretoria. Após sua constituição, o primeiro presidente salientou a importância da associação, dizendo que os membros não deveriam se associar em função de vantagens individuais, mas sim para beneficiar a todos do grupo. A associação teria o papel de buscar novas tecnologias e diversas e melhorias na atividade da piscicultura (ATAS AQUIMAP, 1997).

A Aquimap fortaleceu a parceria que existia entre os piscicultores e a prefeitura municipal, inclusive a prefeitura contrata técnicos para atender aos piscicultores. A Aquimap teve o intuito de promover a interação entre os produtores, a partir da troca de experiências e fortalecimento dos laços existentes entre eles, bem como, de ser a mediadora de recursos advindos da prefeitura.

É importante mencionar ainda que a atividade é estimulada pelo poder legislativo, a qual em diversos momentos faz parte das pautas e das leis que movem a cidade. Assim, no

ano de 2000, foi aprovada uma Lei municipal para auxiliar o desenvolvimento do município através da piscicultura. A partir dessa lei foi possível que recursos advindos da prefeitura municipal fossem repassados para a Aquimap, como mediadora dos produtores, fortalecendo ainda mais o associativismo da região, pois esses recursos possibilitariam a aquisição de equipamentos, que os piscicultores sozinhos não teriam recursos para adquirir (LEI MUNICIPAL DE MARIPÁ, 2000).

Dessa forma, recursos como máquinas para limpeza dos tanques foram disponibilizados a associação, bem como a contratação de um técnico para auxiliar nos serviços prestados pela Emater. Além disso, a prefeitura também pavimentou as ruas até a chegada aos tanques de criação de tilápias para facilitar o acesso.

No ano de 2005, foi aprovada a Lei municipal 477/2005 de 13 de outubro de 2005 (ANEXO B), na qual foi determinado que nas escolas municipais de Maripá seria inserido o peixe no cardápio da merenda escolar no mínimo uma vez por semana, para incentivar a alimentação com peixes (LEI MUNICIPAL DE MARIPÁ, 2005). Dessa forma, o legislativo contribui para a comercialização da produção no mercado local, incentivando com isso a produção de peixes na cidade.

No ano de 2006, na Lei municipal 556/2006 de 18 de setembro de 2006 (ANEXO C), que institui o plano de desenvolvimento estratégico e sustentável de Maripá, a piscicultura também recebeu incentivos. No capítulo VII, no artigo 45, o programa de incentivo agropecuário denominado “administrando potencialidades”, tem por finalidade melhorar a infraestrutura, aumentar a produção, ampliar a oferta de emprego e geração de renda, melhorando a qualidade de vida no meio rural e a preservação do meio ambiente. Nesta lei, há incentivos para o micro e pequeno produtor. O programa compreendeu orientações técnicas; assistência técnica; cursos, concursos, encontros, treinamentos, exposições; subsídios a hora/máquina; subsídios a uso de equipamentos; subsídios de insumos; concessão real de uso de equipamentos; revestimento primário – cascalhamento (LEI MUNICIPAL DE MARIPÁ, 2006).

Pode-se dizer assim que o legislativo local contribui com a Aquimap e com o pequeno produtor, que em muitas situações não tem condições de melhorar o acesso a sua propriedade, dificultando assim sua comercialização, em função da dificuldade de acesso dos caminhões. Além disso, alguns produtores não possuem em suas propriedades equipamentos necessários para a escavação de tanques para o início da produção de peixes. Além disso, os cursos, a assistência técnica e os treinamentos são fundamentais para garantir o bom desempenho da atividade.

Vale dizer que a Aquimap tem papel de grande importância na criação de peixes da Cidade, pois auxilia os produtores em sua capacitação, pois juntamente com a Emater promove cursos profissionalizantes e aperfeiçoamento aos associados, além de proporcionar viagens e visitas técnicas. A associação busca o aperfeiçoamento constante dos associados, e a divulgação da piscicultura e da cidade como a maior produtora de tilápias do Estado do Paraná. A cooperação em Maripá surgiu como um auxílio para que a atividade vista como promissora tivesse real crescimento.

## 5.2 DADOS DA AQUIMAP

O número de produtores associados não varia expressivamente de um ano para outro, sendo que hoje a associação possui 34 associados. No entanto, a produção total vem crescendo no decorrer dos anos. A maior produção está relacionada com as oportunidades que são disponibilizadas aos piscicultores, já que são capacitados, possuem alto grau de profissionalização, tem assistência técnica especializada, tanto pelo atendimento da Emater quanto pelo técnico da prefeitura municipal, o que reflete em alta qualidade do produto e alta produtividade.

Inicialmente, a produtividade era baixa. Na safra de 2004 a produtividade foi em torno de 15 toneladas/hectare/ano. No entanto, após as melhorias que começaram a ser implantadas ao longo dos anos, aliadas ao uso da tecnologia de produção, ao manejo e alimentação, geraram resultados excelentes, onde a produtividade passou a ser de 39 toneladas/hectare/ano (EMATER, 2012).

Devido aos valores expressivos que a produção da região apresenta nesse momento, muitos produtores optaram pela produção de tilápias como atividade principal da propriedade. Aquelas que não têm a atividade como principal na propriedade utilizam espaços que antes não eram utilizados dentro da propriedade, pois o espaço determinado para o tanque é pequeno. Vale destacar que o retorno por hectare na produção de tilápias é maior, se comparado à produção de soja, pois o produtor recebe em média o valor líquido estimado de 24 mil reais por hectare de tilápias, enquanto na produção de soja, o produtor recebe em média 1,1 mil reais por hectare (EMATER, 2011).

A produtividade dos associados da Aquimap no ano de 2011/2012 foi de 1.760.013 toneladas/ ano, o que representou 65% do que foi produzido na região. Além do mais, os piscicultores associados contam com 53% da área produzida da região, o que representa uma produtividade de 47.75 de toneladas por hectares/ ano. Observa-se que a produtividade dos

produtores da Aquimap é melhor a apresentada pelos piscicultores que estão inseridos naquela mesma cidade. Considerando que a média relatada de retorno líquido por quilo varia entre R\$ 0,80 centavos a R\$ 1,20, calcula-se que o lucro mínimo dessa safra foi de R\$ 1.408,010 entre os associados.

O Quadro 6 apresenta o total de cada propriedade que é destinada a produção de peixes, além da produtividade que foi registrada na safra de 2011/2012. A maioria dos produtores utiliza toda sua área disponível em lâmina de água na produção de peixes.

Quadro 6 - Produção individual Aquimap

PRODUTOR	ÁREA L.DÁGUA	ÁREA L..D'ÁGUA	PROD.
	TOTAL EM HÁ	EM PRODUÇÃO/HÁ	TOTAL KG
Produtor 1	0,20	0,20	3.500,00
Produtor 2	1,67	1,67	63.000,00
Produtor 3	1,20	1,20	23.700,00
Produtor 4	0,12	0,12	15.200,00
Produtor 5	0,36	0,36	10.800
Produtor 6	1,70	1,70	164.000,00
Produtor 7	0,38	0,38	19.980,00
Produtor 9	1,10	1,10	76.000,00
Produtor 10	0,92	0,92	25.000,00
Produtor 11	3,46	3,46	92.500,00
Produtor 12	2,10	2,10	113.000,00
Produtor 13	0,55	0,55	19.000,00
Produtor 14	3,28	3,28	90.000,00
Produtor 15	0,20	0,20	6.000,00
Produtor 16	3,00	3,00	251.000,00
Produtor 17	2,00	1,20	102.000,00
Produtor 18	0,71	0,71	42.000,00
Produtor 19	1,20	1,20	52.500,00
Produtor 20	0,56	0,56	12.600,00
Produtor 21	0,40	0,40	5.873,00
Produtor 22	0,65	0,65	3.500,00
Produtor 23	0,18	0,18	15.000,00
Produtor 24	0,50	0,50	5.760
Produtor 26	1,70	1,70	86.800,00
Produtor 27		1,40	40.000
Produtor 29	2,00	2,00	196.000,00
Produtor 30	0,60	0,60	26.000,00
Produtor 31	1,10	1,10	65.000
Produtor 32	2,46	2,46	70.000
Produtor 33	0,55	0,55	24.000,00
Produtor 34	1,41	1,41	40.300
<b>Total</b>	<b>36,26</b>	<b>36,86</b>	<b>1.760.013</b>

Fonte: EMATER 2011; 2012.

A grande produtividade dos associados está alicerçada em algumas características fundamentais: os piscicultores têm oportunidade de busca constante de conhecimento, pois tanto a Aquimap como a prefeitura e a Emater disponibilizam cursos de capacitação para a atividade. Dessa forma, os agricultores que têm interesse em participar da atividade, podem contar com um apoio fundamental.

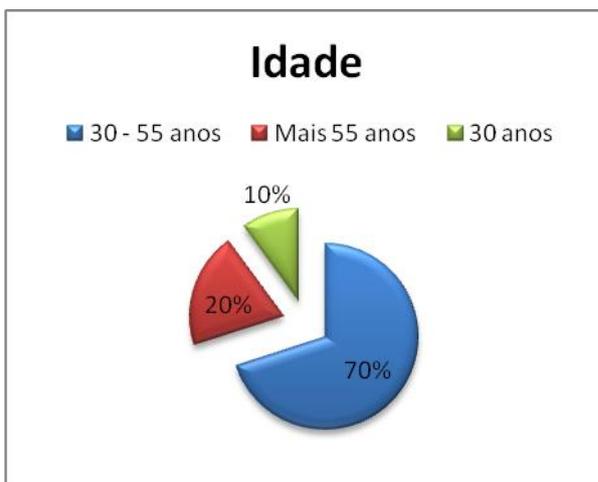
Além disso, na região há uma Unidade de Observação e Estudos, que se desenvolveu com o apoio da Aquimap, proporcionando aos aquicultores estudo sobre o aumento de produtividade. Essa unidade está situada na propriedade de um dos fundadores da Aquimap, que acreditou na associação cedendo espaço para que estudos fossem realizados. Nesta unidade são realizados eventos em âmbito regional, estadual e nacional, oportunizando aos demais aquicultores a utilização da tecnologia empregada pela região.

A partir dos dados colhidos através dos questionários aplicados, foi possível também identificar o perfil dos produtores. Nesse aspecto, verificou-se que a maioria dos pequenos produtores tem idade entre 30 e 55 anos, e possui ensino médio completo como escolaridade.

### 5.3 PERFIL DOS ASSOCIADOS

Em relação à idade dos produtores, identificou-se que a maioria (70%) são indivíduos de idade média, entre 30 e 55 anos; 20% possuem mais de 55 anos e somente 10% possuem menos de 30 anos, ou seja, são jovens. O Gráfico 1 apresenta a idade dos produtores.

Gráfico 1 - Idade dos associados

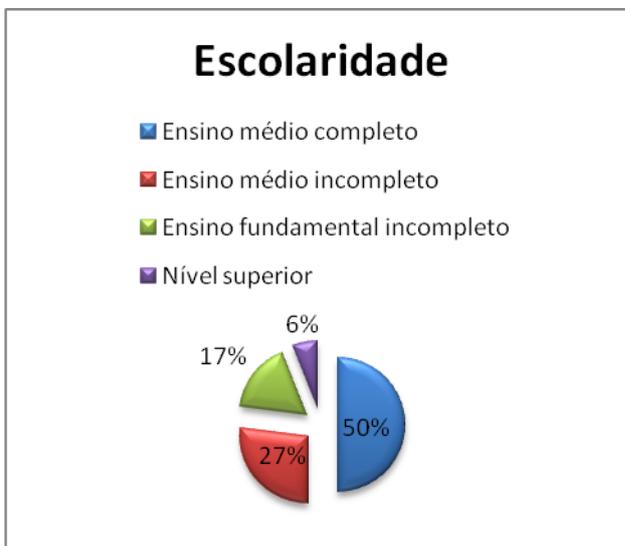


Fonte: Resultados da pesquisa.

Observa-se que apesar de lucrativa a atividade, a maioria dos produtores tem entre 30 e 55 anos, e que a minoria 10% possuem menos de 30 anos. O resultado da produtividade pode ser uma forma de incentivo para que os filhos de produtores continuem nas terras e nas atividades que já são realizadas pelos seus pais. Para que a produtividade seja crescente, esses incentivos serão necessários, para que a sucessão familiar seja possível. Em relação a sucessão familiar, observou-se que em algumas propriedades os filhos dos associados, já tem suas terras em outras regiões da cidade, e trabalham com a piscicultura como seus pais.

Em relação ao grau de instrução dos entrevistados, (Gráfico 2), 50% possuem Ensino Médio Completo, enquanto 27% deles têm Ensino Médio Incompleto, 17% possuem Ensino Fundamental Incompleto e apenas 6% possuem nível Superior completo. Observa-se que apesar do grau de instrução dos produtores não ser tão elevado, os cursos profissionalizantes oferecidos pela Aquimap e Emater são importantes para a alta produtividade de peixes da região. A maioria dos produtores relatou que os cursos técnicos, profissionalizantes foram e são fundamentais para a atividade da aquicultura.

Gráfico 2 - Escolaridade dos associados



Fonte: Resultados da pesquisa.

No que se refere ao tamanho das propriedades, constata-se que 47% das propriedades tem área inferior a uma lâmina de água (hectare). Verificou-se também que a maioria dos associados são considerados pequenos produtores, sendo um grupo social de grande importância na produção primária e na transformação de produtos. Além da condição de pequenos produtores, a mão de obra predominante é a familiar, promovendo oportunidades de trabalho no local, reduzindo o êxodo rural e movimentando a economia.

Em média dois membros da família trabalham em cada propriedade. No entanto, alguns produtores trabalham com mais de duas pessoas da família na propriedade, e outros trabalham sozinhos, o que reforça a identidade local de predominância da agricultura familiar.

Após a análise do perfil serão apresentadas as iniciativas coletivas desenvolvidas entre os produtores da Aquimap.

#### 5.4 INICIATIVAS COLETIVAS EXISTENTES

As informações relativas às iniciativas coletivas que existem na Aquimap foram alcançadas através das entrevistas e dos registros realizados durante a pesquisa. Observou-se que os produtores realizam algumas atividades conjuntas que são importantes. A Festa das Orquídeas e do Peixe é uma festa tradicional da cidade, sendo que em 2013 acontecerá sua 15ª edição (22 a 25 de agosto). Evento esse, que inicialmente foi idealizado pela Aquimap, a qual organizava todas as atividades que eram realizadas na festa, e os produtores se organizavam para que os pratos a base de peixe fossem produzidos e comercializados. Mais tarde, as funções foram divididas para outras entidades locais. A produção de peixes e as orquídeas são atividades econômicas lucrativas para a cidade. A festa movimentada, além da gastronomia e do comércio de insumos, a exposição de equipamentos, cursos técnicos para os piscicultores da cidade e da região. A Figura 10 apresenta o folder da última festa que aconteceu no ano de 2012.

Figura 10 - Folder da 14ª Festa das Orquídeas e do Peixe



Fonte: Prefeitura de Maripá, 2012.

Durante a festa, além dos piscicultores associados auxiliarem na organização e na produção dos pratos a base de peixe, ocorre um encontro regional, no qual são discutidos assuntos relacionados com a piscicultura. Os temas são variados, entre eles, destacam-se: a nutrição dos organismos aquáticos, a escolha da ração adequada, as doenças existentes nos peixes, o manejo adequado da água, e a importância do oxigênio para o sucesso da criação de tilápias. Esse encontro auxilia na capacitação dos piscicultores, e conseqüentemente na produção de peixes da região.

Após o término do encontro regional, os participantes têm direito a certificado e ao almoço a base de peixe realizado durante a festa. A Figura 11 apresenta o folder do encontro realizado em 2011.

Figura 11 - Folder do 10º Encontro Regional de Piscicultores

**13ª Festa das Orquídeas e do Peixe**

# 10º Encontro Regional de Piscicultores

**26 de Agosto de 2011**  
**Local: Comunidade Católica N. S. de Fátima - Maripá-PR**  
**Investimento: R\$ 25,00 (Incluso: Almoço a base de peixe, material e certificado)**

**08h00min:** Inscrição dos participantes e entrega dos materiais.  
**08h30min:** Coffee Break.  
**08h50min:** Abertura oficial do evento com a presença de autoridades.  
**09h00min:** Palestra 1: A Qualidade da Água em Cultivo Intensivo de Tilápia em Tanques-Escavado.  
 Prof Anderson Caldebelli (Engenheiro de Pesca pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Toledo, Mestre em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Cascavel, Professor do Curso Técnico em Aquicultura do Instituto Federal do Paraná).  
 Apoio: Instituto Federal do Paraná.

**10h25min:** Intervalo  
**10h35min:** Palestra 2: Novas Tecnologias para o Combate de Bacterioses no Cultivo de Tilápia.  
 Rodrigo Zanolo (Médico Veterinário, Mestre e Doutor em Ciência Animal pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, Gerente de Mercado da MSD Aquacultura para a América Latina).  
 Apoio: MSD Saúde Animal.

**11h55min:** Mesa Redonda - Espaço Aberto para Perguntas aos Palestrantes.  
**12h15min:** Encerramento e Entrega de Certificados aos Participantes.

**Realização:**  
 Instituto EMATER, AQUIMAP - Associação Dos Aquicultores de Maripá, Prefeitura do Município de Maripá

**Apoio:**  
 Guabi Nutrição Animal, MSD Saúde Animal, CCIAX, TREVISAN, BAYER, PRO ATMA, c-vale, GENANT

Fonte: EMATER, 2011.

A Figura 12 apresenta a foto dos aquicultores associados da Aquimap, em 2011, saudando os visitantes que vem a cidade de Maripá para participarem da festa e do encontro regional de piscicultores.

Figura 12 - Recepção dos piscicultores



Fonte: EMATER, 2011.

Além da Festa do Peixe e da Orquídea, a Aquimap realiza um Jantar a base do peixe, no mês de março ou abril de cada ano (a data é marcada pelo calendário da cidade). O objetivo do evento é apresentar à comunidade a diversidade de pratos que são elaborados a base do peixe. Nesse evento, os piscicultores da Aquimap trabalham na preparação de pratos para apresentar a comunidade. O evento fortalece a utilização do peixe no cardápio, apresentando formas diferenciadas de produzi-lo para o consumo.

Outra iniciativa coletiva existente, além das já mencionadas, é um jantar que os piscicultores realizam em conjunto com o Rotary, em um município vizinho de Maripá, nesse jantar, os piscicultores são responsáveis pela produção dos pratos que serão servidos. O trabalho realizado pelos piscicultores é voluntário e a partir do evento conseguem divulgar a entidade na região, fortalecendo ainda mais a produção de peixes.

Cabe mencionar ainda o aperfeiçoamento dos produtores na produção de peixes. Durante as assembleias são discutidos quais lugares do país que eles gostariam de conhecer e aperfeiçoar os conhecimentos na produção de peixes. São apresentadas alternativas na assembleia, e os produtores discutem qual seria o melhor local para visitarem. Dessa forma, eles realizam visita técnicas para outras regiões, buscando o conhecimento e a integração entre os produtores. Essas visitas são custeadas parcialmente pela Aquimap. Vale destacar que no momento da tomada de decisão sobre onde e quando realizar a visita, observou-se forte presença feminina, ou seja, as esposas dos produtores tem voz ativa nas assembleias. A Figura

13 mostra alguns dos piscicultores durante uma visita técnica realizada em um abatedouro de peixes de uma cooperativa da região.

Figura 13 - Visita técnica



Fonte: EMATER, 2011.

De modo semelhante às iniciativas já mencionadas, a Aquimap realiza confraternizações entre os associados, proporcionando a integração entre as famílias dos piscicultores. Durante as assembleias são realizados jantares a base de peixe, para que depois que as decisões sejam tomadas, os piscicultores possam dividir o tempo entre os associados e seus familiares. Neste momento, é possível trocar experiências entre os associados, fortalecendo assim os laços existentes entre eles. A última assembleia realizada em 2012 ocorreu no Rancho da Nina (Figura 14), um espaço onde foi possível realizar a reunião, o jantar e a confraternização entre os associados.

Figura 14 - Rancho da Nina



Fonte: Acervo próprio, 2012.

Nesta assembleia foram sorteados brindes arrecadados com os fornecedores da região, além dos doados pela Aquimap. Foram mais de 15 brindes distribuídos entre os associados que estavam presentes na assembleia. A Figura 15 apresenta o momento da realização dos sorteios. A figura também ilustra o momento em que os associados já haviam terminado a reunião da assembleia e estavam jantando, neste evento, foi servido peixe assado desossado e recheado, além de tilápia frita e diversas saladas.

Figura 15 - Assembleia geral



Fonte: Acervo próprio, 2012.

Destaca-se que as estratégias de cooperação são bem sucedidas, quando existe a troca de informações, compartilhamento de conhecimento e também a análise conjunta dos problemas e das soluções, situação essa, observada nos encontros realizados pelos produtores. Ou seja, evidenciou-se que as trocas de experiências são constantes, além das informações sobre os compradores, os que realizam pagamentos em dia e os que atrasam.

As constatações feitas até o momento conduzem ao entendimento de que existem variáveis que são responsáveis pelo sucesso da ação coletiva em estudo. Na próxima parte são abordadas discussões sobre os benefícios da ação coletiva.

## 5.5 BENEFÍCIOS DA AÇÃO COLETIVA

A Aquimap gera benefícios que são percebidos pelos associados. Ressalta-se que essas informações sobre os benefícios da ação coletiva foram colhidas através dos questionários aplicados, da entrevista realizada com ex presidente e das entrevistas realizadas com os piscicultores. Uma ação coletiva apenas se sustentará em longo prazo se os indivíduos que participam da ação coletiva entenderem que seus objetivos individuais estão sendo atendidos. Ou seja, a principal motivação para as pessoas se unirem, decorre do fato de que os ganhos da cooperação são maiores do que se os indivíduos agissem individualmente (OLSON, 1999). Os grupos menores são mais eficientes e podem promover o bem coletivo pela simples atração individual que o benefício promove para cada um dos membros. Assim, quanto menor o grupo, maior é a percepção que os atores têm do benefício alcançado pelo trabalho de cada agente.

Com base na pesquisa empírica, verificou-se que a cooperação propicia benefícios, que dificilmente seriam alcançados de forma isolada. A pesquisa revelou que alguns dos pequenos produtores inicialmente não tinham condições de produzir peixes em quantidade e com qualidade, o que tornava a atividade difícil. Dessa forma, individualmente os produtores não eram capazes de produzir em grande escala, o que motivou o desenvolvimento da ação coletiva. Dessa forma, um dos benefícios percebidos pelos piscicultores com a coletividade, foi a possibilidade da produção de peixes em escalas maiores, bem como a comercialização de um produto de melhor qualidade. Os piscicultores atribuem à Aquimap as melhorias que aconteceram na atividade da região, pois é através da entidade que recebem auxílio da prefeitura para o cascalhamento das ruas que chegam até as propriedades, o que facilita a retirada da produção e a consequente comercialização dos peixes para grandes cooperativas. Se agissem de forma individual, a prefeitura não poderia auxiliá-los. Vale mencionar, que

para os produtores, a Aquimap é uma entidade forte e séria, que atua frente as melhorias da piscicultura na cidade e região.

Inicialmente, o primeiro benefício recebido pelos produtores, foi a obtenção de uma carteirinha em parceria com o Governo do Estado. Tratava-se de uma credencial de agricultor, que serve para a compra de ração com um percentual de desconto, isso serviu de incentivo para o produtor, pois tinha acesso aos produtos com um valor menor do que o encontrado no mercado.

Além disso, as políticas públicas implantadas pelo Governo Municipal são de grande importância para a solidez da aquicultura da região. Entre elas, destacam-se: a lei do ano de 2000, que buscou auxiliar o desenvolvimento da atividade na cidade, possibilitando que os recursos advindos da prefeitura municipal fossem repassados a Aquimap, como mediadora dos produtores, fortalecendo ainda mais o associativismo. A Lei municipal 2005, que inseriu o peixe no cardápio destinado a merenda escolar no mínimo uma vez por semana, fomentando assim a comercialização de peixes na cidade. Outra Lei municipal foi sancionada em 2006, com o objetivo de melhorar a infraestrutura e aumentar a produção. O programa compreendeu orientações técnicas, cursos e treinamentos.

Além de atribuírem a Aquimap a melhoria da atividade, os produtores participantes da iniciativa coletiva vêm se sustentando em longo prazo, pois acreditam que a iniciativa vem trazendo benefícios. Observou-se que houve um incremento de renda para os produtores, de acordo com os questionários aplicados. Os produtores têm em média 30 a 50% de lucro com cada lote de peixe produzido.

Alguns produtores pararam de investir e produzir em outras atividades agrícolas para se dedicar somente a produção de peixes. Segundo um produtor entrevistado: *“a produção de peixes me dá mais retorno, e preciso dedicar menos tempo ao trabalho, pois se estiver tudo dentro dos padrões, preciso apenas cuidar com os horários de alimentação, de oxigenação da água. Pouca coisa se comparado ao trabalho de plantar e colher”* (Entrevistado A).

Outros produtores, que continuam com diferentes atividades em suas propriedades, relataram que o peixe é a atividade mais rentável que eles possuem. *“Continuo produzindo soja, no entanto, a produção de peixes é sempre mais rentável. Devido a todo auxílio que recebemos, sempre obtenho os maiores ganhos com o peixe, estou até aumentando a quantidade de tanques na propriedade”* (Entrevistado B).

Além do aumento de renda, vale destacar também que alguns produtores não dependem mais da utilização da saúde pública, pois passaram a ter acesso aos planos de saúde privado, o que pode caracterizar melhoria na qualidade de vida.

Outro benefício percebido pelos produtores é a assistência técnica oferecida pela Prefeitura Municipal por meio da Aquimap. Ou seja, os associados têm acesso a um técnico que visita as propriedades, dando instruções sobre como produzir, a quantidade de ração necessária em cada mês, o pH da água, a oxigenação da água e outras informações relevantes para a produção. Além do técnico, os associados têm acesso a maquinário, que é importante para a limpeza e escavação dos tanques para a produção de peixes. Esses benefícios são gratuitos e são recebidos apenas pelo piscicultor que fizer parte da ação coletiva, ou seja, associado da Aquimap.

Além dos ganhos já mencionados, é atrativo ser sócio, pois a rede de relacionamentos é de grande importância para a atividade. Os associados trocam experiências sobre os fornecedores a jusante e a montante da cadeia. Cabe destacar ainda a possibilidade de convênio com os produtores de alevinos, a obtenção da credencial de produtor, a participação em treinamentos, encontros e as viagens técnicas.

As constatações empíricas feitas até o momento demonstram que diversos são os benefícios percebidos pelos associados, indicando que a ação coletiva analisada é positiva e agrega valor ao associado.

Na próxima parte serão abordadas as discussões relacionadas às variáveis apontadas pela literatura de cooperação como influentes na ação coletiva.

## 5.6 FATORES QUE INFLUENCIAM NA AÇÃO COLETIVA

Acredita-se que as características apontadas pela literatura de cooperação complementam-se para a explicação de porque algumas iniciativas de cooperação têm sucesso e outras não. Neste estudo empírico, foram identificadas as características da iniciativa que são responsáveis pela sua sustentação ao longo do tempo.

A primeira análise diz respeito a disposição a cooperar = *free rider*. Segundo Alcântara (2003), o *free rider* é racional, e defende seus interesses individuais, sendo assim, um ator egoísta. Deseja receber os benefícios, no entanto, não está disposto a ajudar. Sua presença reduz a eficiência coletiva. A presença do *free rider* dentro do estudo empírico é pouco percebida, uma vez que segundo Olson (1999), em grupos menores a atuação do *free rider* é mais evidente em grupos menores. Observou-se que em determinadas iniciativas coletivas nem todos os associados estão presentes, uns deixam de participar das reuniões de assembleias, outros não participam da Festa da Orquídea e do Peixe, o que poderia representar uma falta de preocupação dos atores com os objetivos comuns, buscando apenas os benefícios

da ação coletiva. No entanto, em um contexto geral, os associados acreditam que aqueles que deixaram de participar de um evento, tem justificativa, e isso não interfere na ação da Aquimap. Em suma, todos os associados são dispostos a cooperar.

Ao analisar a reputação = informações passadas, alguns aspectos importantes merecem ser destacados. Conforme Ostrom (2007), quando um indivíduo tem reputação, os demais aprendem a depositar confiança neles, e a confiança é uma variável que pode levar ao sucesso ou falha da ação coletiva. De maneira geral, pode-se dizer que dentro do caso empírico a reputação é evidente. Pois durante as reuniões, a informações são passadas de produtor a produtor, sobre a compra de insumos, fornecedores e compradores. Em um determinado momento, um associado relatou que não recebeu o pagamento dos peixes comercializados com determinado comprador, os demais ouviram o relato, e combinaram de que não venderiam para aquele comprador. *“Vendi minha produção para o comprador, até o momento não recebi meu pagamento. Quando entro em contato com a empresa, eles me dizem que vão resolver, mas até agora nada”* (Entrevistado C). A reputação negativa do comprador limitará suas compras para os associados, pois a falha com um associado gerou a desconfiança aos demais. Em relação aos associados, observou-se que, todos se conhecem, são amigos, parentes, compadres, e essa relação de proximidade, faz com que a reputação seja importante, pois eles defendem uns aos outros, e a opinião dos mais próximos geralmente é acatada pelos demais, dessa forma, observou-se que a reputação é uma característica positiva no caso da Aquimap.

No que tange a variável chamada tamanho do grupo, para Olson (1999), quanto menores forem os grupos, mais eficientes eles serão em promover o benefício coletivo, simplesmente pela atração que o benefício tem para cada um dos membros. Na Aquimap, observou-se que o tamanho do grupo pode ser considerado pequeno, uma vez que são 34 associados, que trabalham conjuntamente para atingir aos objetivos que são propostos pela associação, ou seja, não se percebe a existência de indivíduos oportunistas. É fato que os entrevistados relataram que cada associado tem sua função dentro da associação, alguns são da diretoria, outros por realizar os jantares fora da cidade, alguns por venderem os peixes na Semana Santa, outros pelos jantares realizados na cidade. Dessa forma, cada um tem desenvolve uma atividade, ficando difícil a ação do *free rider* na ação coletiva.

Em relação à presença de laços na ação coletiva, vale ressaltar que para Granovetter (1973), os laços fortes são caracterizados por relações que envolvem além da confiança a reciprocidade entre as pessoas. Nestes laços existe pouca agregação de valor, no sentido da busca de recursos. No entanto, no estudo, observou-se que existe um grupo homogêneo, onde

existe a confiança e a reciprocidade entre os participantes. Pode-se dizer que devido a isso, que neste grupo, não existem novas informações, novas oportunidades, não existindo assim a inovação. Apesar disso, observou-se neste estudo, que existem trocas de informações. Nas assembleias, os produtores dialogam sobre seus fornecedores, sobre informações comerciais e sobre a produção.

Em relação à homogeneidade/ heterogeneidade = laços forte/ fracos, para Granovetter (1973), existem os laços forte e os fracos. Os fortes são caracterizados por relações que envolvem confiança, reciprocidade entre as pessoas. Como nesses laços existe homogeneidade, há pouca agregação de valor. Os laços encontrados no caso empírico são fortes, pois se observou a existência de grande confiança entre os associados, e ao contrário da teoria, apesar da existência de laços fortes, existe grande inovação dentro da associação, pois juntos buscam novas tecnologias, compartilham as informações, e buscam através de treinamentos e cursos novas formas de produção. Deve-se destacar também a homogeneidade percebida dentro da ação, os produtores na maioria apresentam a mesma descendência, são familiares, que trabalham na mesma propriedade, ou em propriedades próximas, possuem as mesmas ideias, os mesmos objetivos e valores.

Destaca-se ainda, que dentro da ação coletiva em estudo, a reciprocidade é positiva. Um vez que os associados participam das iniciativas coletivas que existem entre eles, como por exemplo, a disposição a auxiliar em eventos que são promovidos pela Aquimap, doando o trabalho como forma de auxiliar a entidade, sem exigir algo em troca. Para Ostrom (1998), não existe cooperação, sem reciprocidade, ou seja, sem o retorno ou o compartilhamento dos atores. Quanto mais reciprocidade e reputação, melhor será a cooperação entre os indivíduos. Dessa forma, observou-se que existe uma reputação positiva, bem como uma reciprocidade, existindo assim cooperação entre os produtores associados. Além disso, como há a presença de laços fortes, segundo Granovetter (1973), existe a reciprocidade.

Evidencia-se a confiança como um fator de estímulo para a ação coletiva, porque quando há confiança, há uma redução dos custos de negociação e facilmente se é cumprido acordos e contratos. Assim, quando um membro da associação elege seu representante, ele deposita sua crença no trabalho e confia que a execução acontecerá. Por isso, quando existe confiança, as relações tornam-se mais duradouras, pois os agentes se conhecem e a reputação de cada um está em jogo. Sabe-se que, quanto maior a confiança menor o oportunismo. A confiança é determinante na ação coletiva estudada, pois conforme o levantamento dos questionários, os produtores confiam na entidade, e afirmam que seu reconhecimento, faz a diferença para ele e para a região. Além da confiança entre os associados, observou-se que

existe a confiança entre os associados e os técnicos da prefeitura e da Emater, fazendo com que a presença de ambos nas reuniões seja um auxílio aos piscicultores, que em diversos momentos recorrem aos dois para a tomada de decisão.

A pesquisa evidenciou ainda que a comunicação é uma variável positiva no caso empírico, segundo Messik e Brewer (1983) citados por Kollock (1998) quando a comunicação é possível, as taxas de cooperação aumentam significativamente. Nesse sentido, observou-se que os associados se comunicam de maneira expressiva. Na reunião de diretoria, os membros trocaram informações sobre produtores associados, sobre a melhor organização da próxima festa, sobre a responsabilidade de cada associado para a festividade e sobre os produtores responsáveis pela comercialização dos peixes para o evento. Ressalta-se que na assembleia, todos os associados têm voz ativa, opinando desde a escolha do local para a próxima viagem dos associados, bem como a data ideal, incluindo as esposas como detentoras de opinião, da entrada de novos associados para a entidade, da troca de informações sobre a produtividade, produtos, preço de comercialização, fornecedores entre outras. Neste aspecto, os técnicos tanto da Prefeitura quanto da Emater, são bem importantes, os dois tem voz ativas nas reuniões, tanto de assembleia quanto de diretoria, auxiliando aos associados na tomada de decisão, além de incentivadores do associativismo entre os membros.

No que tange aos benefícios compartilhados, identifica-se que todos os participantes da ação coletiva podem compartilhar dos recursos advindos da ação coletiva. Através da Aquimap, os associados têm acesso a maquinário disponível para a limpeza e escavação de tanques, ao técnico contratado e cedido pela Prefeitura Municipal e a palestras e visitas técnicas custeadas pela entidade.

Em relação à liberdade de entrar e sair voluntariamente da ação coletiva, observou-se que existe a opção de participar ou não da ação coletiva. Quando optam pela entrada na associação, o interessado participa da próxima assembleia, sendo apresentado aos demais associados. Se o produtor for aceito pelo demais, poderá participar da associação, usufruindo dos benefícios que ela traz, para isso, fará o seu cadastro e efetuará um pagamento anual, que está relacionado a quantidade de tanques escavados que possui para a produção de peixes. Caso contrário, se o produtor optar pela saída da ação coletiva, seja por qualquer motivo, não acarreta em qualquer tipo de custo, apenas deixará de receber os benefícios de participar da ação.

Finalmente a liderança foi relacionada como fundamental para que a iniciativa de cooperação tivesse êxito. Pois na busca de alternativas, segundo Dolabela (2003) o empreendedor desenvolve o trabalho coletivo para que sensibilize as forças dos atores para a

necessidade de cooperação. Além de atuar como um organizador do grupo, o líder pode ser um agente de persuasão. Segundo os dados coletados, a presença do líder é fundamental, para o início da associação, pois o líder foi em busca de cada um dos associados para que a entidade pudesse ser criada. Buscando através do diálogo a motivação dos demais para participarem da ação coletiva. Além disso, o líder é quem motiva a participação dos produtores em reuniões, em eventos coletivos, em cursos profissionalizantes oferecidos, e em outras atividades conjuntas. Um grupo que tem a presença de um líder proeminente será atrativo para as pessoas que se identifiquem com as ações daquele líder.

O quadro 7 apresenta as variáveis/fatores que foram apontados pela literatura como influentes na ação coletiva. Dessa forma buscou-se identificar se existem na ação coletiva estuda ou se não existem.

Quadro 7 - Variáveis da ação coletiva na Aquimap

Variáveis encontradas nas literaturas	Aquimap
1 Disposição a cooperar = free rider	Positivo.
2 Reputação = reputação passadas	Positivo.
3 Grupo menor	Positivo
4 Homogeneidade do grupo/ laços fortes	Negativo
5 Reciprocidade	Positivo.
6 Confiança	Positivo
7 Comunicação	Positivo.
8 Benefícios compartilhados	Positivo.
9 Liberdade para entrar e sair	Positivo
10 Liderança	Positivo.

Fonte: Elaborado pela autora.

De todas as variáveis apresentadas pela literatura, apenas os laços fortes/ fracos e a homogeneidade/heterogeneidade podem ser considerados desfavoráveis para a ação coletiva, uma vez que os laços são fortes, pois observou-se que os associados são amigos, parentes, e compartilham muitas informações, comuns e acessíveis a todos, ou seja, não agregam novas informações. Apresentando assim, laços fortes, sendo a confiança visível. Observa-se também que o grupo é muito homogêneo, pois em sua maioria, são da mesma religião, além de acreditam em princípios parecidos. Fatores esses considerados desfavoráveis para a ação coletiva, no entanto, que não impactaram no sucesso do caso empírico em estudo.

As demais variáveis foram positivas, mostrando que estes são fatores importantes para que uma ação coletiva se sustente ao longo prazo. Além disso, a presença do líder foi fundamental para que em momentos que a atividade era pouco lucrativa os associados não desistissem da atividade.

O sucesso da Aquimap está associado a diversos fatores considerados fundamentais. Antes da entidade ser fundada, a atividade da piscicultura não prosperou, por esse motivo ela é considerada o marco para a produção de peixes da cidade. Além disso, a união entre os produtores depois da fundação da entidade é fundamental, pois antes, cada um produzia de sua maneira, não conseguindo alta produtividade, e nem retornos com a produção. A troca de experiências, a comunicação, a confiança que existem, são fatores fortemente observados na entidade. O associativismo entre os produtores, a presença forte da liderança, as políticas públicas e a tecnologia empregada se apresentaram como fatores marcantes para o sucesso da ação coletiva investigada.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que motivou a realização desse estudo foi o de estudar a cooperação horizontal em uma entidade que tivesse obtido êxito em longo prazo. Para isso, procurou-se uma associação que não tivesse sido ainda objeto de estudo, com o intuito de buscar as variáveis da ação coletiva que são relevantes para o sucesso dessa associação. Dessa forma, elegeu-se a Aquimap como o objeto de estudo, e a análise da cooperação horizontal estabelecida entre piscicultores familiares de Maripá – PR.

Em essência, a alternativa encontrada pelos produtores familiares de Maripá para o incremento de renda, foi a produção de peixes. No entanto, inicialmente, a atividade não era atrativa, pois a remuneração era baixa e a produtividade pequena. Mais tarde, com a criação da Aquimap, a realidade do município mudou, o associativismo passou a ser fundamental para a produtividade da cidade. Salienta-se que ocorreu um incremento de renda, o produtor tem em média um lucro de 30 a 50% por lote produzido, o valor líquido do quilo é em média R\$ 0,80 a R\$ 1,20 dependendo com quem o produtor comercializa sua produção. Além disso, alguns produtores deixaram outras atividades agrícolas para se dedicar a produção de peixes. Mostrando que a produção de peixes, ao menos neste momento, é uma alternativa lucrativa para os pequenos produtores familiares da cidade.

Os resultados também apresentaram que a maioria dos pequenos produtores tem idade entre 30 e 55 anos. Ou seja, são necessários incentivos para que a sucessão familiar aconteça. O que pode ser observado, uma vez que, alguns filhos de associados já possuem suas próprias propriedades e nelas produzem peixes para a comercialização.

Cumprido destacar que a partir dos diferentes enfoques sobre a ação coletiva, apresentados pelos autores Olson, Ostrom, e Granovetter, foi realizado um levantamento das variáveis que podem ser responsáveis pelo sucesso ou falha de uma ação coletiva. Assim, buscou-se através dos diferentes enfoques sistematizar um conjunto de variáveis, utilizando-as em conjunto para a melhor explicação do desempenho da Aquimap. Ao considerar as três teorias, é importante destacar que não se esgotam aqui todas as contribuições da literatura, porém o objetivo do estudo foi o de investigar alguns aspectos que podem ter maior impacto sobre o sucesso ou falha das iniciativas de cooperação. A sistematização das variáveis também se apresentou como redutora das variáveis apresentadas pelos autores, possibilitando a união das parecidas, e reduzindo as variáveis do estudo.

De maneira geral, a Aquimap apresentou a maioria das variáveis como sendo positivas para o sucesso da ação coletiva em longo prazo. Esse resultado aponta que a disposição a

cooperar, a reputação, grupo menor, a reciprocidade, a confiança, a comunicação, os benefícios compartilhados, a liberdade para entrar e sair do grupo e a liderança são positivos para a Aquimap. Assim, pode-se dizer que estão de acordo com a literatura apresentada.

Ainda vale frisar, que a presença do líder foi fundamental para o sucesso ao longo do tempo da Aquimap, pois observou-se que o líder é responsável pela organização dos produtores, ainda mais, ele é o responsável pela motivação dos produtores em participar da ação coletiva.

Neste aspecto, a única variável que se apresentou como negativa para a ação coletiva foi a homogeneidade/ laços fortes do grupo. De acordo com os autores, quando existe a presença de laços fortes e a homogeneidade, esse grupo não apresenta inovação, pois são caracterizados por relações que envolvem confiança e reciprocidade entre as pessoas. Esse resultado pode ser considerado importante, uma vez que a literatura apresentou dez variáveis como fundamentais para que uma ação coletiva se sustente em longo prazo.

Além disso, é preciso salientar, que as políticas públicas municipais também são fundamentais para a Aquimap, pois o poder legislativo busca através de leis, beneficiar os piscicultores, incentivando a produção e a comercialização de peixes. Também se comprovou que a presença do Estado, através da Emater apresenta-se como positiva para a Aquimap com o auxílio para a produção de peixes.

Ademais, é fundamental destacar que a associação possibilita aos produtores que iniciativas coletivas sejam desenvolvidas, que são importantes para manter a sustentabilidade da ação coletiva. Dentre as iniciativas estão a Festa da Orquídea e do Peixe, o encontro dos piscicultores, o aperfeiçoamento técnico, visitas técnicas, a confraternização entre os associados. Esse resultado demonstra que a associação, é importante para que exista a troca de informações, o compartilhamento de conhecimento, e a análise conjunta dos problemas e das situações, essa constatação conduziu ao entendimento do sucesso da ação coletiva em estudo.

Em resumo, a contribuição do estudo, foi a sistematização das variáveis propostas responsáveis pelo sucesso ou falha de uma iniciativa de cooperação horizontal em longo prazo. Nesse sentido, buscou-se através da investigação das variáveis, apresentar as que são influentes no sucesso ao longo do tempo da Aquimap.

Cumprir destacar que uma limitação do presente estudo se refere a utilização de apenas três teorias como base. Deixando, outras vertentes de fora de estudo, no entanto, outras contribuições da literatura de cooperação horizontal, podem ser acrescentadas em estudos futuros.

Finalmente, para que a ação coletiva continue se sustentando a longo prazo, seria importante que os associados, buscassem alternativas para que o meio ambiente fosse preservado, e a produção continuasse elevada. Como sugestão, poderiam ser criados projetos para a associação, que tivessem o intuito de preservar o ambiente. Bem como, as capacitações conjuntas que poderiam servir como meio de repassar aos associados, e aos piscicultores que participam de capacitações na entidade, a importância de uma produção consciente, e de responsabilidade ambiental.

Além disso, sugere-se que os associados busquem meios de melhorar a comercialização com os compradores, pois sabe-se que o produtor rural é o elo de uma cadeia produtiva que absorve a menor renda. Com uma comercialização compartilhada, os produtores poderiam obter um melhor resultado, da mesma forma que obtiveram com a produção a partir da criação da Aquimap.

Sugere-se ainda, a utilização de ferramentas do marketing para a divulgação da entidade, da qualidade e da produtividade que é percebida na região, pois assim, algumas entidades poderiam se interessar pela cidade, se instalarem, e investirem na produção de peixes, ou mesmo, novos investimentos de políticas públicas no âmbito federal, governamental e municipal.

Por fim, um ponto a ser sugerido, para a elaboração de novas pesquisas, refere-se a realizar uma investigação de outras iniciativas coletivas que ao longo do tempo não se sustentaram, buscando as variáveis causais que levaram a falha dessa iniciativa de cooperação.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, F. H. C. Institucionalismo, racionalidade e solidariedade em cooperativas populares. In: HECKERT, S. M. R. (Org.). **Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2003. 222 p.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.
- ATAS, Livros de. Atas da Associação dos Aquicultores de Maripá e Região. Maripá-Pr, 1997.
- BARNARD, C. **As funções do executivo**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1938.
- \_\_\_\_\_. **As funções do executivo**. São Paulo: Atlas, 1979.
- BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C.; SOUZA FILHO, H. M. de; Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: CONGRESSO DA SOBER, 42. 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004. v. 1. p. 1-20.
- BATALHA, M. O. (Coordenador). **Gestão Agroindustrial**. GEPAI: Grupo de Estudos e pesquisas agroindustriais. São Paulo: Atlas, v. 1, 3ª ed., 2009.
- BENECKE, D. W. **Cooperação e Desenvolvimento: O Papel das Cooperativas no Processo de Desenvolvimento econômico nos Países de Terceiro Mundo**. Porto Alegre: Assocene, 1980.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Agribusiness Cooperativo. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Marcos Fava (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Editora Pioneira, 2000. 428 p.
- BURT, R. *Structural holes: the social structure of competition*. Cambridge: Oxford University Press, 1992.
- BRAGA, M. J.; REIS, B. S. (org.). **Agronegócio Cooperativo: reestruturação e estratégias**. 305p. Viçosa: UFV, DER. Minas Gerais. 2005.
- BRITO, C. M. *Towards na institutional theory of the dynamics of industrial network*. **Journal of Business & Industrial Marketing**, v.16, n.3, p.150-166, 2001.
- CÁRDENAS, L. Q. **Formação e o desenvolvimento de arranjos cooperativos sob a ótica da imersão social e da economia dos custos de transação: um estudo de caso na Coopercam e na Unipesca**. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- CARNEIRO, E. F. **A administração rural no desenvolvimento da agricultura familiar – Um estudo com os produtores rurais associados à Cooperativa Mista Agropecuária de Iranduba – COOAPIR**. Dissertação (Mestrado em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2008.
- CASTAGNOLLI, N. **Aqüicultura para o ano 2000**. Brasília: CNPq. 1996. 95 p.

CASTANHEIRA, M. E. M. **Ação coletiva no espaço organizacional de cooperativas populares**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Lavras: Lavras: UFLA, 2008. 75 p.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura – a sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEPEA/USP. Centro de estudos avançados em economia aplicada. PIB do agronegócio. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/>. Acesso em 10 de abril de 2011.

CHILD, H.; FAULKNER, D. **Strategies of co-operation: managing alliances, networks and joint ventures**. Oxford: University Press, 2000.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006, p.367-388.

DERAL, **Dados da piscicultura do Paraná**. 2 f. 2011.

DOLABELA, F. **Empreendedorismo, uma forma de ser: saiba o que são empreendedores individuais e empreendedores coletivos**. Brasília: Aed, 2003.

EMATER, **Histórico da Piscicultura no Município de Maripá**. Maripá, 5 f. 2011.

EMATER, **Piscicultura/ Maripá: dados de 1993/2012**. Maripá, 4 f. 2011/2012.

EMATER. **Visita técnica**. 2011. 1 fotografia.

EMATER. **Recepção dos piscicultores**. 2011. 1 fotografia.

ESTIVALETE, V. F. B. **O processo de aprendizagem em redes horizontais do elo varejista do agronegócio: do nível individual ao interorganizacional**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Agronegócios, 2007.

FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Gestão&Produção** v.6, n.3, p. 147-161, dez. 1999.

\_\_\_\_\_. *Consolidation, multinationalisation, and competition in Brazil: impacts on horticulture and dairy products systems*. **Development Policy Review**, v.4, n. 20, p. 441-457, 2002.

FREIRE, A. C. **A geração de inovação na carcinicultura do RN: Uma análise a partir da imersão social**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós Graduação em Administração, 2010.

GARCIAS, Paulo M. **A Lógica de formação de grupos e aliança estratégica de empresas**. Tuiuti (Curitiba), Curitiba - Paraná, v. 1, p. 51-78, 2001. Disponível em: . Acesso em: 15 maio 2012.

GERARDI, L. H. O.; SALAMONI, G. **Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov**. Geografia, Rio Claro, v. 19, n.2, p.123-140, 1994.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLLO, S. S. **Inovação e estratégia de cooperação competitiva: estudo de caso da indicação de procedência Vale dos Vinhedos – Serra Gaúcha/ RS**. Tese (Doutorado) – Universidade do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de pós graduação em Administração. Porto Alegre, 2006.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p.

GRANOVETTER, M. *The strength of the weak ties*. **American Journal of Sociology**. [S.l.], v.78, n.6, p. 1360-1380, 1973.

\_\_\_\_\_. **Economic Action and Social Structure: the problem of Embeddedness**. **The American Journal of Sociology**. New York, vol. 91, n.3, p.481-510, 1985.

GUIA GEOGRÁFICO DO PARANÁ. **Mapa do Paraná**. Disponível em: <<http://www.guiageo-parana.com/mapas.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2011.

HARDIN, R. **One for All: The Logic of Group Conflitc**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

HISTÓRIA DA CIDADE DE MARIPÁ. Disponível em: <<http://www.maripa.pr.gov.br/acidade>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br.html>> Acesso em: 15 dez. 2011.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis .Estatística da Pesca de 2008. Disponível em <[http://www.ibama.gov.br/recursos-pesqueiros/wp-content/files/estatistica\\_2008.pdf](http://www.ibama.gov.br/recursos-pesqueiros/wp-content/files/estatistica_2008.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2011.

KONING, Niek; CALO, Muriel; JONGENEEL, Roel. *Fair trade in tropical crops is possible: international commodity agreements revisited*. North-South Centre, Discussion paper no. 3. (Working paper), Wageningen University and Research Centre, Netherlands, June 2004.

KLOTZLE, Marcelo C. Alianças estratégicas: Conceito e Teoria. **RAC**, v.6, n. 1. Jan./Abr. 2002: 85-104.

LAUSCHNER, R. Cooperativismo e agricultura familiar, 1994. Disponível em: <<http://www.gigaf.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

LENZ, G. S. **Medição de desempenho: uma proposta de sistema de avaliação de performance para redes horizontais de cooperação**. Dissertação (Mestrado em Administração de empresas). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

KOLLOCK, Peter. *Social Dilemmas: The Anatomy of Cooperation. Annual Review of Sociology*, v. 24, 1998, p. 183-214.

MACHADO, R. T. M.; OLIVEIRA, V. C. S.; BARRA, G. M. J. O papel das associações de interesse privado no mercado cafeeiro brasileiro. **In: Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 17-31, abr./jun. 2007.

MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro; ZYLBERSZTAJN, Décio. **Ações coletivas** – o papel das associações de interesse privado no agribusiness. São Paulo, 1998. Disponível em: <[http://www.fundacaoofia.com.br/pensa/pdf/papers/ASSOC\\_NEI98.PDF](http://www.fundacaoofia.com.br/pensa/pdf/papers/ASSOC_NEI98.PDF)>. Acesso em: 30 jul. 2012.

MAEDA, M. Y. ; SAES, Maria Sylvia Macchione . A lógica da ação coletiva: a experiência do condomínio agrícola leópolis. **In: XII SEMEAD-Seminários em Administração**, 2009, São Paulo. XII SEMEAD - Empreendedorismo e Inovação, 2009.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001, 719 p.

MARIPÁ, Leis, Decretos, etc. Lei Orgânica do Município de Maripá, 1990.

MARTINEZ, José Manuel Comeche. Una visión dinámica sobre el emprendedurismo colectivo. **Revista de Negócios**, Blumenau, v.9, n.2, p.91-105, abr./jun. 2004.

MELO NETO F. P. de; FROES, C. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura**. Brasil 2008-2009. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/#publicidade/publicacoes>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

NASSAR, André Meloni. **Eficiência das associações de interesse privado nos agronegócios brasileiros**. 234 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

NASSAR, A.; ZYLBERSTAJN, D. Associações de interesse no agronegócio brasileiro: Análise das estratégias coletivas. **Revista de Administração**. São Paulo, p.39, n.2, p.141-152, abr./mai./jun. 2004.

OLAVE, M. E. L.; AMATO NETO, J. Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas. **Gest. Prod. [online]**. v. 8, n.3, p. 289-318, 2001.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 1999. 201 p.

OSTROM, E. A behavioural approach to the rational-choice theory of collective action. **American Political Science Review** 92: 1-22.1998.

OSTROM, E. *Collective Action and Local Development Processes*. **Sociologica**. Bologna, 2007.

ORENSTEIN, Luiz. **A estratégia da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998. 192 p.

PERIUS, Vergílio. **Problemas Estruturais do Cooperativismo**. Porto Alegre: s.ed., 1983.

PIMENTEL, P. F. C. **Ação coletiva em organizações cooperativas: um estudo de caso da cooperativa de laticínios Vale do Mucuri Ltda em Carlos Chagas**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

RAMÍREZ, E.; BERDEGUÉ, J. Acción coletiva y mejoras en las condiciones de vida de poblaciones rurales. **Fundo Mink'a de Chorlaví**. 2003. Disponível em: <<http://www.fondominkachorlavi.org/ac/>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

RAUPP, I. D. **Redes de cooperação: um estudo sobre a criação e captura de valor por produtores de hortaliças no Oeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2012.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SAES, M.S.M.; FARINA, E. M. M. Q. Associação Brasileira da Indústria de Café – Abic Ações conjuntas e novos desafios frente a reestruturação de mercado. **In: VIII Seminário Internacional Pensa de Agribusiness**, 1998.

SAES, M. S. M. **Estratégias de diferenciação e apropriação da quase-renda na agricultura: a produção de pequena escala**. 2008 162 p. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SEBRAE (Bahia). Diagnóstico da cadeia produtiva da tilápia na Bahia. Salvador, 2006.

SEBRAE (Brasil). História da aquíicultura no Brasil. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/setor/aquicultura-e-pesca/1302-historia/BIA\\_1302/integra\\_bia](http://www.sebrae.com.br/setor/aquicultura-e-pesca/1302-historia/BIA_1302/integra_bia)>. Acesso em: 20 jan. 2012.

SCHMIDT, C. M.; SAES, M. S. M. Ações Coletivas: desenvolvimento para arranjos produtivos inseridos no contexto do agro-negócio e turismo rural. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais eletrônicos...** Brasília, DF: SOBER. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

SCHMIDT, C. M. **Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos**. 170 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SILVA, L. X.; HOLZ, V. R. O cooperativismo e seu comportamento diante do capitalismo atual: aspectos teóricos e evidências empíricas. In: V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 2008, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto, São Paulo, 2008.

SILVA, I. F.; AKAHOSHI, W. B.; BINOTTO, E. A integração em rede na cadeia produtiva do peixe: análise em uma cooperativa e associação em Mundo Novo – MS. **In: II encontro brasileiro de pesquisadores em cooperativismo – II EBPC**, 2012. Porto Alegre – RS. II Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo – II EBPC, 2012.

SOUZA, J. A. P. L. L. **Estudos de impactos sociais, econômicos e ambientais, ocasionados pela piscicultura em tanques-rede na região de Paulo Afonso – BA**. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins. 2006.

STAKE, R. E. *The art of case study research*. London: Sage Publications, 1995.

VILLAR, 2009, C. B. **Os mecanismos de socialização no relacionamento cliente e fornecedor**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987. 175p.

ZYLBERSZTAJN, D.; FARINA, E. Strictly Coordinated Food-Systems: exploring the limits of the Coasian Firm. **International Food and Agribusiness Management Review**, v.2, n.2, p.249-265, 1999.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. London: Sage Publications, 1990.

\_\_\_\_\_. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A – ENTREVISTA EX PRESIDENTE E ASSOCIADO DA AQUIMAP

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O TÉCNICO DA EMATER

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AQUICULTORES DE MARIPÁ

## **APÊNDICE A - ENTREVISTA EX PRESIDENTE E FUNDADOR DA AQUIMAP**

- 1-** Já havia uma associação antes na região? Como essa associação atuava? Auxiliava os produtores?
- 2-** Antes da associação como os produtores eram orientados?
- 3-** Por que a AQUIMAP passou a existir? Como surgiu a ideia de sua criação?
- 4-** Quantos associados a AQUIMAP possuiu? Quando se percebeu o crescimento do número de associados?
- 5-** O que determina quem pode participar da associação? Quais regras existem na associação?
- 6-** Os produtores não participantes da AQUIMAP possuem desvantagens em relação aos associados?
- 7-** Qual a importância da AQUIMAP para os produtores? E para a região?
- 8-** Você percebeu motivo pelos quais a associação deu certo? Existem algumas características das pessoas que você acredita que fazem a iniciativa dar certo?
- 9-** Depois que a associação foi fundada, vocês perceberam mudanças na Cidade? Que tipo de mudanças?
- 10-** Existem alguns eventos coletivos que você poderia me listar?
- 11-** A ação coletiva através da associação exerce influência sobre os produtores?
- 12-** A associação interfere na comercialização de tilápias dos produtores?
- 13-** A iniciativa de cooperação foi fundamental para o aumento da produção de tilápias? Quais fatores são importantes para isso? Ao que você atribui o sucesso da produção de tilápias na cidade?
- 14-** Hoje seria possível que os produtores trabalhassem sem o auxílio das políticas públicas oferecidas pela prefeitura da cidade?
- 15-** Sem o auxílio da Emater e da AQUIMAP você acredita que a produção teria sucesso?

## **APÊNDICE B - ENTREVISTA TÉCNICO DA EMATER MARIPÁ**

- 1-** O senhor acompanha o crescimento da tilapicultura da região desde o início. O que impulsionou o crescimento da atividade na região?
- 2-** Qual foi o incentivo da Emater em 1993? Por que a entidade apoiou os produtores na atividade?
- 3-** Antes da criação da AQUIMAP já haviam associações na região? Por que o senhor considera que elas não conseguiram permanecer em Maripá?
- 4-** Antes da AQUIMAP existir, como os produtores eram organizados? O que mudou com a sua criação da associação?
- 5-** O senhor conhece as regras para participar da associação?
- 6-** Você percebe que a associação trouxe benefícios para a cidade?
- 7-** Qual a importância da AQUIMAP para a região na sua opinião?
- 8-** Quais são os fatores decisivos para que a AQUIMAP continue existindo?
- 9-** Quais eventos coletivos são organizados pela AQUIMAP?
- 10-** A iniciativa de cooperação foi fundamental para o aumento da produção de tilápias? Quais fatores são importantes para isso?
- 11-** Hoje seria possível que os produtores trabalhassem sem o auxílio das políticas públicas oferecidas pela prefeitura? E pela Emater?
- 12-** Ao que você atribui o sucesso da produção de tilápias na cidade?

## APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AQUICULTORES DE MARIPÁ

Nome do entrevistado:	
Telefone:	Email:

1- Qual a sua idade? \_\_\_\_\_

2- Qual o seu grau de instrução?

( ) Ensino fundamental incompleto

( ) Ensino superior Incompleto

( ) Ensino fundamental completo

( ) Ensino superior completo

( ) Ensino médio incompleto

( ) Especialização

( ) Ensino médio completo

( ) Outro \_\_\_\_\_

3- Qual é o tamanho de sua propriedade?

4- Por que optou pela produção de peixes?

5- Quantas pessoas trabalham em sua propriedade?

Membros da família \_\_\_\_\_

Empregados fixos \_\_\_\_\_

Empregados temporários \_\_\_\_\_

6- O Senhor acredita que houve mudanças na sua renda com a produção de peixes? Por quê?

7- Como o senhor percebeu isso? Qual a média de ganho por quilo produzido?

8- O senhor deixou de produzir outras coisas na propriedade para produzir apenas o peixe?

9- Qual o risco da produção de peixes? Depois que virou associado sentiu alguma diferença na produção?

10- Há quanto tempo é associado? Por que se associou? Já participava da atividade antes da Aquimap?

11- Quais os benefícios que o senhor recebeu se tornando associado?

**12-** Como o senhor acredita que a Aquimap tem contribuído para o auxílio da produção de peixes?

**13-** Por que a AQUIMAP deu certo?

**14-** Quais eventos coletivos que são organizados pela AQUIMAP?

**15-** Quais os fatores que o senhor considera mais importante? (8 mais importante – 1 menos importante)

- ( ) Grupo social – mesma descendência dos associados.
- ( ) O grupo é homogêneo – pessoas que pensam parecido
- ( ) O grupo tem o mesmo objetivo
- ( ) Todo mundo se conhece no grupo
- ( ) Existe amizade no grupo
- ( ) Tecnologia
- ( ) Empreendedorismo dos associados
- ( ) Presença do líder

**16-** O senhor conhece todos os associados? Como é o relacionamento entre vocês?

**17-** Geralmente quem compra sua produção?

**ANEXOS**

ANEXO A – ATA DA ASSOCIAÇÃO DE AQUICULTORES DE MARIPÁ.

ANEXO B – LEI N° 477/2005 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005.

ANEXO C – LEI N° 556/2006 DE SETEMBRO DE 2006.

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária  
 UNIOESTE/Campus de Toledo|  
 Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

P282a	<p><u>Pasini, Andreia Helena</u>          A ação coletiva como forma de agregação no sistema agroindustrial da aquicultura de <u>Maripá-Pr</u> / <u>Andreia Helena Pasini</u>. – Toledo, PR : [s. n.], 2013.          112 f.</p> <p>Orientador: Profa. Dra. Carla Maria Schmidt          Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas</p> <p>1. Aquicultura - Maripá - PR 2. Piscicultura - Maripá - PR 3. Peixes - Produção 4. Propriedades familiares 5. Ação coletiva 6. Associações 7. Cooperativas 8. Redes de negócios 9. <u>Agroindustrias</u>. I. Schmidt, Carla Maria, <u>Orient</u>. II. T.</p> <p style="text-align: right;">CDD 20. <u>ed.</u> 338.3713098162</p>
-------	--